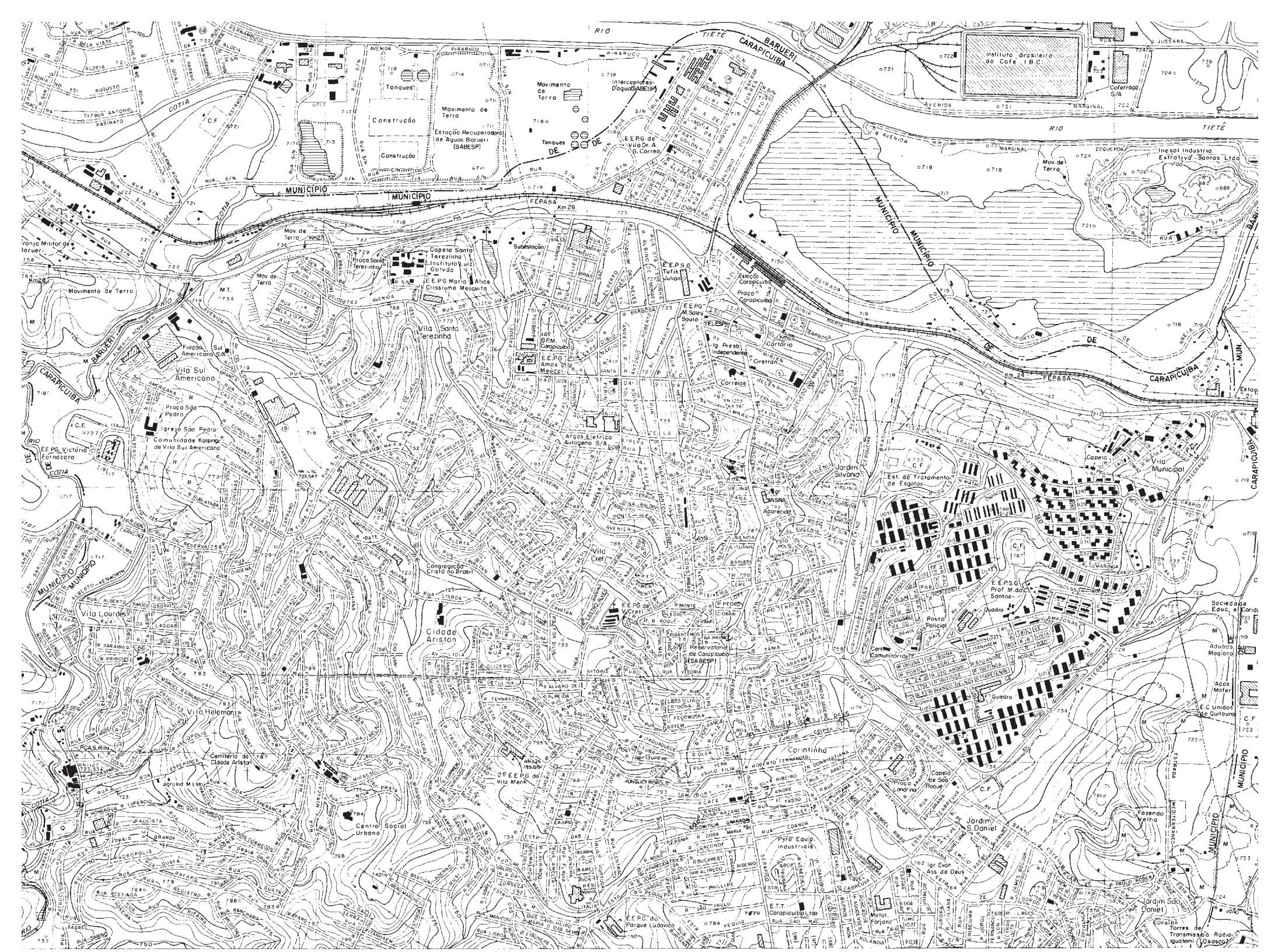


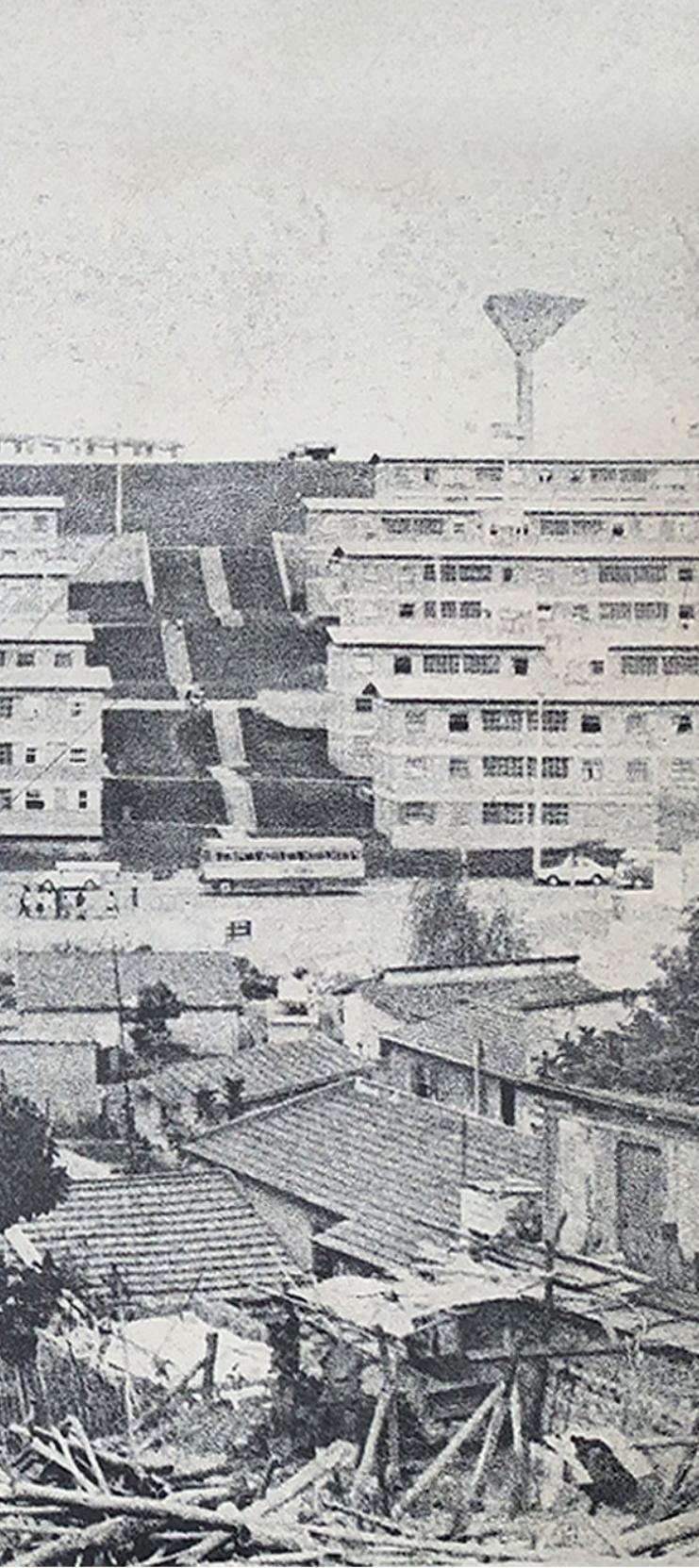
O processo de urbanização de São Paulo sob a perspectiva das trabalhadoras:

**diálogos intergeracionais com as
moradoras da Cohab de Carapicuíba**

Beatriz Silva Colpani







O processo de urbanização de São Paulo sob a perspectiva das trabalhadoras:

**diálogos intergeracionais com as
moradoras da Cohab de Carapicuíba**

Beatriz Silva Colpani
Orientação: Profª Drª Beatriz Rufino

Trabalho Final de Graduação
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo - Junho de 2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

email:
becolpani@gmail.com

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Colpani, Beatriz Silva
O processo de urbanização de São Paulo sob a perspectiva das trabalhadoras: diálogos intergeracionais com as moradoras da Cohab de Carapicuíba / Beatriz Silva Colpani; orientadora Maria Beatriz Cruz Rufino. - São Paulo, 2024.
161.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

1. Mulheres. 2. Urbanização. 3. São Paulo. 4. Cohab. 5. Carapicuíba. 6. Habitação. I. Rufino, Maria Beatriz Cruz, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <<https://fichacatalografica.fau.usp.br/>>

*Maria, Maria é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta*

*Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta*

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida*

Às minhas Marias, mãe e avó, dedico este trabalho.
Uma singela homenagem àquelas que sempre trabalharam
cuidando e trabalhando cuidaram, como sinônimo de amor.

agradecimentos



Este trabalho já estava dentro de mim antes mesmo de eu saber o que era a FAU. Cresceu em pequenas inquietações e prosas junto a minha família, principalmente com minha mãe e minha avó. Essa inquietação foi remexendo, enquanto eu trilhava caminhos que me fizeram cruzar com personagens que corroboraram para o aumento e desvelamento dessa inquietação. Na verdade, é possível dizer que os rumos deste trabalho começaram a se desenhar antes de meu nascimento. A ideia encontrou suas primeiras contrações na aula ministrada pela Karina em planurb 3 (saudades), que propunha um olhar para nós mesmos, nossas histórias familiares e ancestralidades. Naquele momento, outras inquietações não me permitiram avançar, mas ela se manteve dentro de mim.

Nos agradecimentos depositei as primeiras palavras deste trabalho, é nele também que coloco as últimas (apesar de você ler isso no começo). Sem dúvidas, foi ao mesmo tempo fácil e difícil de escrever. Me vêm à cabeça com muita claridade os rostos das pessoas que contribuíram ao longo da minha trajetória na graduação, mas como colocar em palavras um agradecimento tão grande que mal cabe em mim? Como retribuir?

Começo, então, agradecendo às grandes mulheres da minha vida, maiores do que eu sequer posso sonhar um dia ser, mulheres de luta, que não têm dimensão da atuação política diária oriunda do simples fato de resistir e existir.

Vovó, te agradeço pela força, por ter me ensinado a

transmitir o amor através da comida e por me mostrar que a vida é muito melhor quando a gente caminha ao lado de pessoas especiais. Você é puro suco de vida, resistência e amor! Não há quem te conheça e não se impressione com tudo que você é e representa. Me alegra cada novo ano de sua vida que você celebra na aposentadoria. Este trabalho, sem dúvidas, só existe por sua causa.

Mãe, suas ausências não foram em vão. Te agradeço por todo o esforço que colocou praticamente sozinha na minha educação, por me ensinar que, em mundo de apatia, ações significam muito mais que palavras; por me mostrar como a gentileza pode ser transformadora; e, por fim, por ser meu exemplo de autonomia de pensamento e independência.

Ao Kito, agradeço por brincar, conversar e ter paciência com minha criança. Se hoje sigo sendo uma curiosa inquieta, muito devo a ti e sua dedicação cotidiana em contar histórias e curiosidades a quem estava começando a conhecer o mundo. Você sempre soube que "porque sim" não é resposta e, um dia, já foi para mim a pessoa mais inteligente do mundo, obrigada por tanto.

A Vovó, tia Ana e Ilda, agradeço pelo coração deste trabalho.

Agradeço à FAU, que muitas vezes parece ter vida própria. Me dá vontade de reviver diversos momentos, desde a primeira aula de planurb sobre a farsa dos planos até uma última subida no domus. Sei que seguirá em mim através das pessoas que a constroem todos os dias.

Bia, obrigada pela paciência e carinho na orientação deste trabalho; e pela confiança em todos os projetos e seminários que pude participar dentro e fora da FAU. Tenho

muito orgulho de ser sua orientanda, desígnio que levo para a vida dentro e fora desta faculdade.

Karina, você transcende e transforma por onde passa. É engraçado pensar que um dia já tive medo de falar com você e ter coragem deu um giro de 360º na minha graduação. Obrigada por abrir o LABHAB aos alunos da graduação e me colocar em contato com tanta gente incrível na pesquisa e extensão, em especial, por me agregar a Família Anchieta.

Agradeço, ainda, aos professores Paulo César e Maria Lucia Refinetti. Ao PCX, sou grata pelas inquietações que me tocaram durante suas aulas e orientações, na ausência da Bia. Certamente, existe uma FAU antes e depois de sua disciplina dedicada à Teoria da Renda da Terra...

À Malu, agradeço por ter conseguido mais uma vaga de intercâmbio na UDELAR, que me permitiu viver além de uma experiência de ensino internacional, uma grande aventura ao lado de amigos queridos.

Aos pesquisadores da pós-graduação do LABHAB agradeço por todo o conhecimento compartilhado, em especial, ao Giusepe, pela confiança e pelas portas que me abriu.

Falando nestas portas, agradeço aos profissionais excepcionais do Departamento de Planejamento da SEHAB, amigos e colegas de trabalho, aos quais devo muitos aprendizados em minha passagem como estagiária na prefeitura.

Obrigada Pedro, Dany, Marcela e Lari por me ajudarem diretamente na conclusão deste trabalho!

Ao Pedro Henrique, agradeço pelo tempo dedicado a este trabalho, através de diálogos e apoio a diagramação (sem você, eu teria entregue um arquivo .docx). Todavia, quero lhe

agradecer de verdade por dar sentido à palavra confiança. Me acolhendo em um espaço tranquilo, seguro e quentinho dentro do seu coração, você me transformou. Obrigada pela escuta e dedicação a nós, que sorte a minha poder compartilhar a vida com você — de uma maneira leve e gostosa, como o amor deve ser.

Dany, obrigada pela leitura atenciosa dos relatos presentes no trabalho. Te agradeço por tudo que vivemos dentro e fora da FAU, desde surtos a grandes risadas, seguimos juntas!

À minha grande amiga-irmã Marcela, agradeço a leitura das demais partes do trabalho. Você é um presente em minha vida. Da FAU ao *paisito*, agradeço por ser minha família quando estou longe de casa.

Lari, obrigada pelas demais revisões no caderno. Agradeço acima de tudo pela escuta nos momentos difíceis, *quem tem um amigo tem tudo*.

Aos já citados e aos demais amigos que me ajudaram a sobreviver à FAUliceia Desvairada — Migs, John, Carolzinha e as meninas faudidas — obrigada pelas infinitas risadas, conversas profundas, leveza e companheirismo nos momentos de angústia. A FAU foi uma grande aventura e os momentos com todos vocês reunidos já me deixam saudades...

Enfim, que sorte...

sumário

Introdução	18
1 A cidade sem habitação	20
1.1 O processo de urbanização de São Paulo	22
1.2 As trabalhadoras chegam à metrópole	34
Tia Ana	40
Ilda	54
Vó Maria	60
2 A habitação sem cidade	78
2.1 Como o Governo Militar responde a questão da habitação	80
O BNH e a COHAB	82
Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco	94
2.2 As trabalhadoras chegam ao conjunto	100
Tia Ana	104
Ilda	110
Vó Maria	130
3 A vida possível	142
Considerações finais	144
Referências bibliográficas	154

introdução

Era possível ver e ouvir tudo aquilo que nunca tinha sido visto nem ouvido desde que nascemos, e que nem acreditávamos ser possível (Ernaux, 2008, p.91)

Este trabalho foi construído através de diálogos com minha família. Parte da história eu conhecia de maneira fragmentada, os eventos eram contados e recontados, com novos detalhes emergindo a cada conversa. Eu tinha um ponto de partida: todas as minhas interlocutoras são mulheres nascidas entre as décadas de 1940 e 1950, trabalhadoras e que moram ou moraram por décadas no Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco. O fato das entrevistas não serem feitas de forma estruturada tornou desafiadora a amarração do trabalho como um todo, em um primeiro momento, tive a intenção de explorar especificamente os aspectos relativos ao cotidiano do conjunto habitacional, mas as conversas me levaram a outros questionamentos. Todas viveram, enquanto mulheres e integrantes da classe trabalhadora, o processo de urbanização de São Paulo.

Elas chegam e instalam-se próximas aos grandes centros industriais, seja em Pirituba ou em Osasco, o que as fazem contar com algum tipo de infraestrutura a mais em relação ao campo, porém, as condições da habitação continuam extremamente precárias. O acesso delas ao mercado de trabalho é marcado pela violência de gênero. Começa dentro de casa, estende-se ao trajeto e prolonga-se até atingir o próprio ambiente laboral, seja pelo tipo de trabalho que absorve essas mulheres, seja por

outros canais de opressão. Mais tarde, quando chegam a acessar uma habitação que atende as condições mínimas, por meio das primeiras políticas habitacionais do governo militar, elas perdem a cidade.

O tema foi amplamente explorado no âmbito desta universidade, e o trabalho não procura trazer grandes inovações teóricas, trata-se de uma busca por novas perspectivas — o ponto de vista das que viveram este processo. Como estas mulheres contam suas histórias? Como as trajetórias pessoais são atravessadas pelos processos globais? Que detalhes foram deixados de lado? Ainda que centrado na problemática do urbano e como a questão da habitação foi respondida pelo governo militar, este trabalho propõe-se a ser, sobretudo, um ensaio de memórias.

Tais relatos são a história de uma espécie de traição, como nos diz Ernaux, de um abismo entre diferentes formas de se situar no mundo e das tentativas tortuosas de construir pontes e de criar espaços de encontro feitos de memórias, lugares, palavras, sabores e afetos (Bortoluci, 2023, p.123)

1.

A cidade sem habitação



1.1 o processo de urbanização de São paulo

Entre as décadas de 1960 e 1980, o Brasil passou por radicais rupturas e mudanças em sua estrutura política, social e econômica. Neste período, a maior parte da população migra do campo para as cidades, sofremos um golpe de Estado e as diretrizes do Governo empresarial-militar, articuladas aos interesses privados internos e externos, voltam-se à intensificação das desigualdades e subordinação econômica aos países centrais. No epicentro destas transformações, explode a metrópole de São Paulo.

O intenso processo de urbanização — acelerado e díspar — rodeado por conflitos e paradoxos, ganhou senso de urgência, fomentando a ampliação e difusão do campo dos estudos urbanos no país. Os processos globais e as particularidades, vividos na periferia do capitalismo, formaram o cenário perfeito para o engendramento de categorias originais e interdisciplinares para a leitura da nova realidade. Vivemos uma revolução urbana sem correspondente revolução industrial, ilustrada no imenso contingente de migrantes pauperizados em uma cidade sem oferta suficiente de empregos. Neste contexto, diversos pensadores brasileiros propõem-se a pensar que formas sociais e urbanas emergem desta lacuna (Fix; Arantes, 2022).

Entendendo o processo de urbanização como uma continuação da industrialização, o qual somente pode ser desvelado através da sobreposição de diferentes esferas, esta seção traz três principais pontos de abordagem. O primeiro deles é uma breve análise do contexto político e econômico

no qual o Brasil se insere no período pós golpe de 1964; o segundo é uma investigação das relações sociais de reprodução e produção que sustentam esse cenário; e, por fim, o terceiro ponto busca explorar como essas duas escalas de análise refletem na construção e desenho de São Paulo.

A obra *O Brasil Pós-“Milagre”* de Celso Furtado (1982), ilumina dois aspectos importantes para a discussão: como a abertura do país para as empresas transnacionais e o endividamento externo impulsionaram a acumulação polarizada; e como a escolha pela não modernização do campo contribuiu para o processo migratório às cidades e ao rebaixamento dos salários dos trabalhadores urbanos.

Entre os anos de 1947 e 1964, o crescimento econômico do país girou em torno de 7% ao ano, sem mudanças no volume de exportações. Furtado (1982) aponta como um indício que, há época, o impulsionamento da economia era gerado internamente. Apesar de alguns militares e seus apoiadores, ainda hoje, buscarem legitimização política com os níveis de crescimento econômico do início do governo, o autor contribui para a desmistificação do “milagre”. As taxas de crescimento apontadas são resultantes principalmente da mudança do perfil produtivo e pelo endividamento externo do país. Além disso, diversos países ao passarem pela transição de rural a urbano apresentam elevadas porcentagens de crescimento econômico.

As modificações institucionais introduzidas abandonaram a orientação do desenvolvimento às forças do capital, voltando-se às empresas transnacionais e excluindo a maioria da população dos benefícios do “progresso” econômico. A participação dessas companhias na renda nacional passou a crescer de forma exorbitante, e significativa parcela da poupança

foi canalizada para o financiamento do consumo de grupos de rendas médias e altas. Ao mesmo tempo, o salário básico real era reduzido e com a junção do crédito ao consumo, houve o favorecimento de um perfil de demanda voltado aos bens de consumo duráveis (Furtado, 1982).

O preço da mão-de-obra agrícola acaba sendo decisivo na determinação do custo da força de trabalho não especializada urbana. Em uma eventual modernização do campo, o assalariamento rural pressionaria a elevação da mão de obra urbana, e os minifúndios que, por insuficiência de terra, não pudessem assegurar uma renda familiar correspondente ao novo nível de salário tenderiam a ser abandonados em benefício do trabalho assalariado.

A estrutura agrária, ao canalizar os investimentos para setores privilegiados e assegurar a reprodução da mão-de-obra ao mais baixo custo possível, cria as condições para que se maximize o excedente a ser utilizado nas zonas urbanas. Ela tem como contrapartida o uso depredatório de recursos naturais e a exclusão da maioria da população dos benefícios do desenvolvimento (Furtado, 1982, p. 28).

Em 1965, o país passou a ter a maior parte da população vivendo nas cidades. O atraso na vida no campo combinado à industrialização das cidades passou a atrair os trabalhadores rurais em busca de melhores condições de vida e salários. A rapidez e intensidade deste processo acarretou em radicais transformações na paisagem urbana e forneceu um gigantesco exército de reserva aos capitalistas industriais. Este contexto, significou para a classe trabalhadora a depreciação dos salários e das condições de vida na cidade em oposição a acumulação

de riqueza do estado de São Paulo. A aparente desordem do urbano ofusca a lógica por trás das relações econômicas e sociais que o desenham. Neste contexto, em pleno regime autoritário, o arcebispo Paulo Evaristo Arns, crítico da ditadura e ligado à teologia da libertação encomenda o célebre livro *São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza*.

A pesquisa que originou o livro, coordenada por Lúcio Kowaric e Vinicius Caldeira Brandt, reúne textos de diversos autores, sem identificação individual em seus capítulos, que denunciam os processos de exploração e espoliação urbana¹ aos quais a classe trabalhadora estava sujeita na década de 1970. Centrando a análise na metrópole, ponto nevrálgico do modelo de desenvolvimento adotado no regime: “A peculiaridade de São Paulo talvez resida, principalmente, na exacerbação do contraste entre acumulação e pobreza.” (Camargo et al, 1976, p. 19).

A Grande São Paulo apresenta posição economicamente privilegiada em relação ao restante do país, sendo o centro econômico do estado mais rico. Em 1969, concentrava quase 20% da população e 35,6% da Renda Interna do Brasil, com um rendimento per capita quase duas vezes maior que o restante do país. No mesmo ano, sediava 21 das 50 maiores empresas do território, número que sobe para 26 em 1973 e, como estas tendem a crescer mais, também aumenta a acumulação da região.

1 Segundo Kowaric (1979, p. 59, grifo do autor): “*espoliação urbana*: é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.”

As condições de vida de uma população dependem de uma série de fatores, ligados direta ou indiretamente às formas de produção e distribuição da riqueza. **Para a maioria da população de São Paulo, constituída por trabalhadores assalariados e de suas famílias, as relações de emprego são decisivas.** Tanto pelas condições em que se exerce o trabalho, como pela remuneração que determina seu acesso aos bens e serviços à disposição dos habitantes da cidade. Mas, ao lado da organização empresarial, a própria organização do espaço urbano, da infraestrutura e dos serviços da cidade determinam a “qualidade de vida” da população (Camargo et al, 1976, p. 22, grifo nosso).

Além da contribuição para centralização e concentração de capital em São Paulo, essas empresas atuam diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora. As ofertas de emprego impulsionaram a aceleração do fluxo migratório, atraindo um gigantesco contingente de trabalhadores e formando um excedente de força de trabalho na cidade. Simultaneamente, os custos de reprodução dessa mão-de-obra são transferidos cada vez mais aos próprios trabalhadores, acarretando no agravamento da superexploração.

O crescimento econômico, lado a lado com a deterioração das condições de vida, passou a difundir a ideia de que o próprio desenvolvimento e sua rapidez seriam os responsáveis pelas mazelas do urbano. Essa imagem de indissociabilidade contribuiu tanto para legitimar a miséria da classe trabalhadora — como um sacrifício necessário ao progresso do país — quanto para ofuscar sua racionalidade.

A deterioração das condições de vida da maioria da população trabalhadora acentuou-se, enquanto a economia do país crescia a uma significativa taxa de 10% ao ano, dando origem ao que, por muitos, foi designado “milagre brasileiro”. Mas que tipo de milagre é esse, em que o desenvolvimento significa piorar a vida da maioria da população?

A lógica da acumulação que preside ao desenvolvimento brasileiro recente apoia-se exatamente na dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta reserva de mão-de-obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste de uma força de trabalho subnutrida, em jornadas de trabalho prolongadas e em espinhosas condições urbanas de existência, torna-se possível na medida em que a maior parte da mão-de-obra pode ser prontamente substituída. (Camargo et al, 1976, p. 59)

O modelo de desenvolvimento urbano alastrado pela cidade também determina a conjuntura da habitação da população de baixa renda, Camargo et al (1976) traz alguns dados ilustrativos dessa questão. Enquanto os novos migrantes instalaram-se nas periferias, localizadas próximas às zonas industriais que absorvem mão-de-obra não qualificada, os trabalhadores mais antigos da capital são expulsos para regiões cada vez mais distantes dotadas de menos infraestrutura. Na década de 1970, somente na capital paulista, havia 130 mil moradores de favelas, 615 mil residentes de cortiços e 1,8 milhão de pessoas domiciliadas em casas precárias na periferia.

Entendendo a casa enquanto mais uma mercadoria no sistema capitalista, as condições de moradia da classe trabalhadora são reflexo direto da precariedade dos salários. Entre 1958 e 1969, o poder aquisitivo do chefe de família sofreu uma redução de 36,5%², queda que tenta ser compensada com um maior número de integrantes da família trabalhando. Entretanto, mesmo com a ocupação de mais pessoas, a renda da família caiu em 9,4%. Assim, as “Horas extras, trabalho feminino fora e dentro do lar, trabalho infantil, são expedientes que se tornam necessários para garantir a subsistência da família trabalhadora” (Camargo et al, 1976, p.69). O aumento do trabalho social à disposição, sem elevação no custo de manutenção do trabalhador, aumenta ainda mais o lucro dos capitalistas.

A rápida reposição de trabalhadores possibilitada pelo exército de reserva, traduziu-se em maior rebaixamento das condições de trabalho. Além da diminuição dos salários, ela também refletiu em piores circunstâncias de saúde e segurança para o trabalhador. Os níveis de acidentes de trabalho eram alarmantes e o trabalhador podia ser substituído tão facilmente quanto qualquer outra peça de maquinário da fábrica. Em 1973, o Estado de São Paulo registrou 712 mil acidentes e 780 mil no ano seguinte, correspondente a um quarto do total de trabalhadores (Camargo et al, 1976).

Acerca do trabalho feminino, as mulheres são menos registradas que os homens, sendo que a porcentagem de assalariadas vai decrescendo cada vez mais com o avanço da idade. Conforme dados do IBGE de 1972, na Grande São

2 Conforme levantamentos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (apud Camargo et al, 1976).

Paulo, a mão-de-obra feminina com carteira registrada atinge seu auge entre as idades de 20 e 24 anos, o que representa 64% da amostra. Entre os 25 e 29 anos, a porcentagem vai a 56%, dos 30 aos 39 anos cai para 48%, decrescendo até 16% quando elas chegam a faixa de idade de 60 a 69 anos. Ainda, o emprego doméstico ocupa mais de um quarto da força de trabalho delas na Região Metropolitana. Nos setores das atividades econômicas, a maioria das mulheres dedica-se à prestação de serviços, 35% do total da força de trabalho feminina, 29% trabalha na indústria de transformação, 13% com serviço social e 9% no comércio de mercadorias (Camargo et al, 1976). Entendendo que o trabalho não registrado, na maioria das vezes, significa menores remunerações, o grande contingente de mulheres nesta situação é um dos indícios de maior exploração sob estes corpos.

Cabe ainda destacar uma outra dimensão do trabalho feminino a qual contribui para ampliar ainda mais os processos de acumulação, mas que não foi considerada e nas análises de Camargo et al (1976): o trabalho doméstico não remunerado. A filósofa feminista Silvia Federici (2019) chama atenção para as formas como capitalismo se apoia no trabalho reprodutivo não remunerado para conter o custo da força de trabalho, além de entender o trabalho doméstico como um fator crucial da exploração das mulheres neste sistema econômico.

Se Marx tivesse reconhecido que o capitalismo depende tanto de uma imensa **quantidade de trabalho doméstico não remunerado para a reprodução da força de trabalho quanto da desvalorização dessas atividades reprodutivas para diminuir os custos com a força de trabalho**, ele poderia ter sido menos inclinado a considerar o desenvolvimento capitalista como inevitável e progressivo (Federici, 2019, p.195, grifo nosso).

O aumento dos ganhos movido pela exploração do trabalho, ocorrendo de forma mais intensa sob as mulheres, acarreta na “feminização” de algumas atividades. Conforme elas ingressam em determinados setores produtivos, estes vão deixando de absorver a mão-de-obra masculina, na medida em que fica impossível competir com os baixos salários pagos à força de trabalho feminina.

A desigualdade na distribuição de renda não é um “problema” em si, ela é o epicentro dos problemas sociais urbanos. Os demais “problemas” sociais, como a falta de acesso à saúde, educação, moradia, transporte e infraestrutura são reflexos dessa polaridade econômica e social. Portanto, o crescimento econômico movido pela industrialização a baixos salários não é redistributivo, isto porque o modelo de acumulação de riqueza prioriza o lucro sobre o bem-estar coletivo.

Se, além disso, o crescimento da economia não vem significando uma melhoria das condições de vida para a maior parte da população é porque a própria forma de aumento da riqueza assim o determina. **A distribuição de renda não é um fato posterior à produção de riquezas.** (Camargo et al, 1976, p.63, grifo nosso)

Para muitos migrantes que buscam oportunidades em São Paulo, a mudança para a cidade representa uma esperança de progresso econômico e social, ainda que os padrões de consumo básico entre os trabalhadores tenham declinado. A vida nas áreas urbanas pode acarretar em mudanças significativas nos padrões de vida para alguns, mas coletivamente perpetua desigualdades existentes (Camargo et al, 1976). Em parte, algum tipo de mudança positiva na qualidade de vida pode ser identificada, não por melhores condições do urbano, mas por seu contraste com a vida no campo que tornava-se cada vez mais insustentável. A falta de canais robustos de participação social limita as soluções coletivas, deixando as redes informais de solidariedade — amizades, compadrio e vínculos familiares — como principais recursos para resolver desafios diários. Para estabelecerem-se na cidade, a maioria dos trabalhadores conta com a ajuda de parentes, conhecidos e amigos que passaram recentemente pelo mesmo processo.

Na medida em que a iniciativa social e política das classes trabalhadoras continuar bloqueada, será difícil vislumbrar uma cidade verdadeiramente humana em São Paulo. Pois é o capital — e não a força de trabalho — que deteriora a vida metropolitana. **Para o capital a cidade é fonte de lucro. Para os trabalhadores é uma forma de existência.** (Camargo et al, 1976, p.61, grifo nosso)

A lógica da desordem, pautada no crescimento econômico movido pela pauperização direta e indireta da classe trabalhadora, se manifesta em diferentes escalas. À escala da vida, a população miserável é fruto da industrialização brasileira movida a baixos salários. À escala da cidade, os processos de industrialização e urbanização resultam do

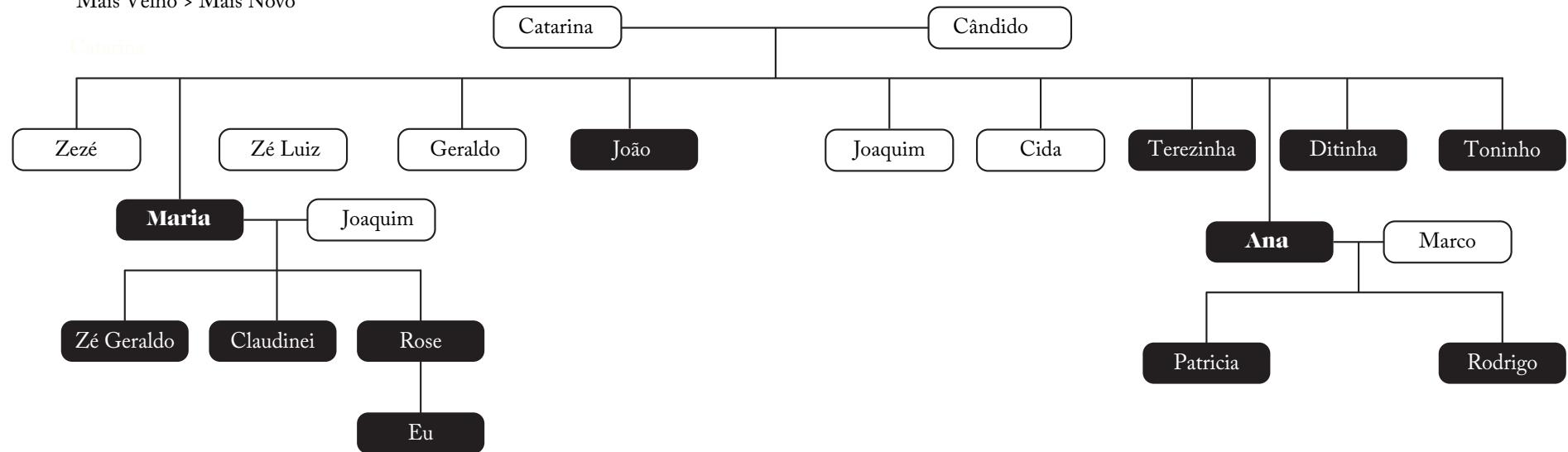
modelo de desenvolvimento econômico que privilegia classes mais abastadas. À escala do país, a desigualdade exacerbada pelo contraste entre acumulação e pobreza, apresenta-se assim em razão dos moldes de desenvolvimento escolhidos a dedo para nós no regime político em questão. Todos esses elementos formam uma complexa rede que define a vida urbana em São Paulo, onde a disparidade estrutural molda cada aspecto da existência.

1.2 as trabalhadoras chegam à metrópole

Esta seção foi construída através de diálogos com três mulheres da classe trabalhadora que migraram da região sul do país para a Região Metropolitana de São Paulo no final da década de 1960. As conversas ocorreram de maneira livre, girando em torno da história de vida delas, com alguma inclinação para os temas da habitação e do urbano. Quando digo livre, quero destacar as circunstâncias em que se deram os diálogos: tia Ana e eu conversamos deitadas na cama de minha avó; com Ilda, conversei tomando um cafezinho com biscoito champanhe em sua cozinha, na companhia de sua filha e de minha avó; e, Vó Maria conversou comigo tanto no seu quanto no meu sofá.

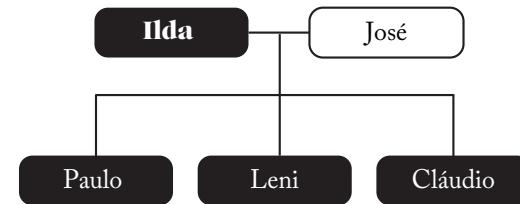
Além das três serem mulheres de uma mesma geração e terem histórias de vidas semelhantes, elas moram ou moraram por décadas no Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco, localizado em Carapicuíba. Nesta seção os relatos concentram-se no período anterior à mudança ao conjunto, com ênfase na vida no campo, no processo migratório e nos primeiros anos de estabelecimento em São Paulo.

Mais Velho > Mais Novo



■ Em vida

□ Falecido(a)





tia ana

Tia Ana (68) é uma das irmãs mais novas de minha avó. Nasceu na zona rural do Paraná em 1956. Aos doze anos de idade, migrou junto com a família para São Paulo.

Minha tia-avó Ana nasceu no ano de 1956 no povoado de Água Grande, no município de Wenceslau Braz, no estado do Paraná, onde viveu a maior parte de sua infância. Ela é a nona filha de onze irmãos — seis mulheres e cinco homens. Seus pais haviam se mudado há poucos anos de Minas Gerais para a região, contrariando a vontade da mãe, que já desejava migrar para São Paulo. Dessa época, as memórias de minha tia se misturam às repassadas a ela por minha bisavó.

Sua mãe, Catarina, casou-se aos dezesseis anos, tendo seu último filho com quarenta anos de idade. Passou a maior parte da vida dedicando-se ao cuidado dos filhos e do marido. Em certo momento, confidenciou a minha tia que possivelmente não teria tido tantos filhos caso houvesse se mudado diretamente para São Paulo: *teria tido mais entendimento aqui, lá na roça não existia essas coisas de remédio, só tinha remédio de mato, de erva.*

Você vê, hoje as mulheres podem não ter filhos, mas você vê que quem tem muitos filhos ou é uma pessoa muito bem de vida ou é muito pobre. A mãe teve muito filho porque não tinha muita opção. Naquela época, mulher era para procriar.

A mudança para outra zona rural foi marcada por uma miséria ainda maior do que a já enfrentada em Minas Gerais. A sobrinha de Catarina havia se casado com um fazendeiro proprietário de terras no Paraná e, em uma visita a Minas Gerais,

ele prometeu à família de minha tia melhores condições de vida e de trabalho. Chegando nas novas terras, as promessas caíram uma a uma. Sua mãe não pôde continuar costurando pois não ganhou uma máquina nova; a irmã mais velha não passou a trabalhar como professora; e o pai continuou trabalhando na *terra dos outros*. Ele trabalhava na roça por pequenos montantes de dinheiro, suficientes para comprar alguma peça de roupa, enquanto a alimentação ficava a cargo do que sobrava da produção na parcela de terra cedida após a repartição com o proprietário.

A fome fazia parte do cotidiano. Em alguns dias não havia feijão para colocar no fogo; eram muitos filhos para almoçar e jantar. Quando faltava arroz ou feijão, a prioridade era dada ao pai por conta do trabalho pesado; as crianças alimentavam-se de quirera e muita abóbora; e os bebês tomavam mamadeira com água e açúcar nos momentos de choro. Diariamente, um dos filhos era encarregado de levar a marmita do pai até a roça. Minha tia se lembra de ficar observando essa movimentação para ver se sobraria alguma coisa, e seu pai sempre dividia metade da comida com ela. Carne só era consumida esporadicamente: comiam um frango aos domingos, se houvesse condições. A mãe criava os *franguinhos* para vender e poder comprar algum tecido para costurar as roupas dos filhos.

Esse mesmo padrão de subsistência se repetiu, posteriormente, em mais outros dois terrenos de diferentes proprietários. As mudanças ocorriam por conflitos com os donos das terras ou por busca de condições minimamente melhores, mas a vida no campo parecia cada vez mais insustentável.

Para os filhos, trabalho e brincadeira coexistiam sem fronteiras naquele universo da infância. Com sete anos de

idade, Tia Ana já cuidava de seu sobrinho, enquanto sua irmã cozinhava para o marido e para outros trabalhadores da roça. Ainda não sabia trocar as fraldas, mas dava mamadeira e pajeava outras crianças. Buscava água na bica em uma subida para usar em casa na lavagem das louças e nos banhos, carregando nos ombros uma lata de água maior que sua cabeça. Ainda que a casa de pau a pique fosse pequena para toda a família, que compartilhava dois colchões, o espaço externo era muito amplo, *com muito espaço para brincar*. Na época de cultivo de milho, ela e a irmã caçula, escondidas do pai, faziam tranças e coques nos cabelos ruivos das espigas — não as quebravam com medo de apanhar. Na época de melancias, não conseguiam esperá-las terminarem de crescer; já arrancavam, *por conta da fome, da vontade de comer*.

Em maio de 1969, a família começou o processo de migração para São Paulo. O primeiro integrante a vir para a metrópole foi o irmão mais velho, Zé Luiz, que inicialmente mudou-se para servir o quartel e depois arranjou emprego em uma metalúrgica. Em seguida, o restante dos homens — o pai, os irmãos mais velhos e os maridos das irmãs casadas — também foram, na frente, deixando as mulheres e as crianças na espera.

Durante uma noite *sob a luz das lamparinas e sem recurso nenhum*, nesse intervalo de um mês até a mudança de todos, a bebê de um ano de idade, filha de minha Tia Cida, passou por complicações respiratórias. *A garganta dela trancou*. Não tinham como levar a menina até a cidade, localizada a 20 quilômetros de distância; então a Bisa Catarina chamou o único homem que ainda estava na região, e ele, junto de minha Tia Ana e a mãe da criança, todos correram, revezando a bebê no colo. Passaram por boiadas e estradas de terra atrás de *um homem*

que fazia remédio de homeopatia, pois não tinham dinheiro para médico; tudo era pago naquela época.

O dinheiro das passagens de ônibus já estava contado quando o episódio ocorreu. As mulheres e crianças embarcaram rumo a São Paulo no dia 29 de junho de 1969. Quando chegaram à capital paulista e começaram a descer do ônibus, os familiares que aguardavam no terminal começaram a questionar: “*Cadê a menina?*”. Junto com a chegada, veio a notícia do falecimento. Não fora possível avisar antes nem ao pai da criança, porque as duas partes ficaram incomunicáveis no período entre as viagens. Possivelmente a menina sofria de alguma doença respiratória e contraiu crupe. Minha tia acredita que, em São Paulo, os médicos teriam conseguido socorrê-la.

Vieram num dia muito frio, mas quase não tinham vestimentas, *muito menos blusa de frio*. As poucas roupas que tinham foram trazidas amarradas em um saco e utilizadas durante os primeiros dias para forrar o piso e não dormirem diretamente no chão frio. O primeiro colchão dos pais foi comprado por seu irmão Joãozinho, que começou a trabalhar como ajudante de pedreiro e recebia o pagamento por semana. Mais tarde, o Bisavô Cândido conseguiu emprego como auxiliar de limpeza.

Na cidade, Tia Ana ganhou suas primeiras meias — *no campo só andavam descalços*. Passaram a comer algumas coisas diferentes e ela ficou um bom tempo sem querer comer abóbora. Uma das mudanças que mais a marcou nessa transição foi o primeiro contato com a iluminação elétrica.

*Eu era alegre, eu era feliz, porque tinha luz.
Eu amava a luz, né? Nossa, como eu gostava
de luz, gente do céu. Quando eu era criança,
que nós íamos para São Paulo, quando começou
a chegar na cidade, começaram a aparecer as
lâmpadas, que eu fui vendo... Ai, que alegria!
Ai, que emoção! Olha lá, olha lá, olha lá aquela
luz! Eu não sabia nem o que era lâmpada.
Olha aquela luzinha! Aquela luzinha!*

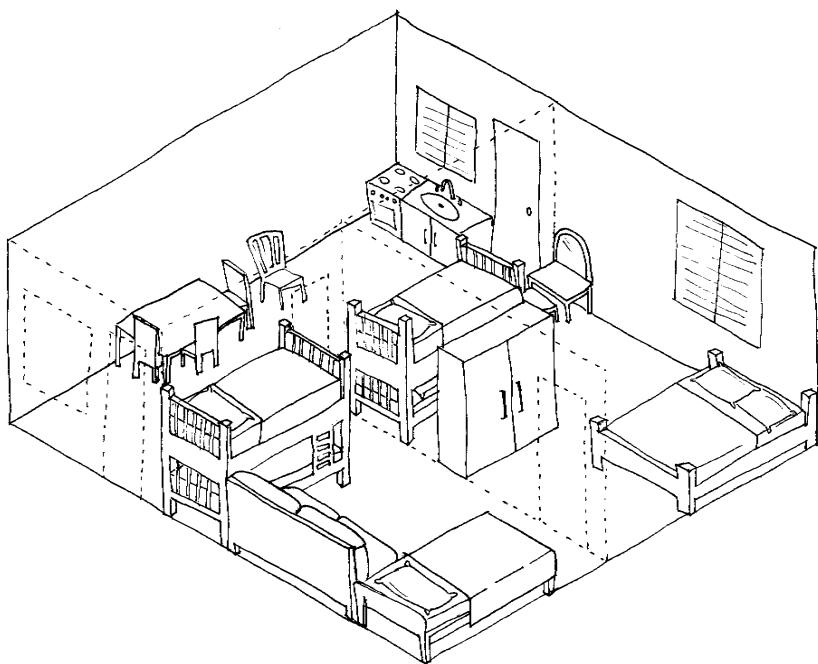
Até o ano de 1980, moraram em Pirituba, na Vila Mangalot. Ao todo, viveram em três casas de aluguel diferentes na região. Nos dois primeiros anos passaram por duas casas e, nos últimos oito anos, permaneceram na mesma casa, a mais precária das três. O primeiro imóvel em que se instalaram era alugado pelo irmão mais velho, já residente em São Paulo — Zé Luiz estava em um *bom emprego*, e contribuía significativamente com as despesas. Ao longo do primeiro ano de mudança da família, ele se casou e saiu da casa, deixando a situação financeira mais apertada. Minha tia descreve a casa como *bem bonitinha*, mas, com as mudanças na composição da renda, precisaram procurar por uma nova residência.

Nesse processo, a Bisavó Catarina encontrou muitas dificuldades. Não conseguia alugar nenhum imóvel, porque tinha filhos pequenos (na época, o mais novo tinha 7 anos de idade). Só foi possível alugar a segunda casa omitindo a existência dos caçulas. Quando os proprietários visitavam os inquilinos, a mãe escondia as crianças e dizia que todos os filhos já estavam em idade de trabalhar. Essa casa, que contava com banheiro dentro, é descrita por minha tia como “*mais ou menos*”.

A terceira morada da família localizava-se na rua debaixo da anterior, em um conjunto de três casas geminadas que compartilhavam um mesmo terreno — pelas descrições, parece se tratar de uma única casa subdividida em três moradias menores. A primeira casa da esquerda para a direita era alugada pelos meus bisavós, enquanto a do meio era alugada pela Tia Zezé, a irmã mais velha já casada e com filhos; e, na terceira casa, morava outra família.

Essa primeira casa continha três cômodos: a cozinha, de cimento, e quarto e saleta, de madeira. O banheiro ficava na área externa e não possuía ralo nem lavatório, sendo a água do banho escorrida pelo vão da porta para o quintal. O quarto era dividido ao meio pelo guarda-roupas; de um lado, ficava a cama dos pais, e, do outro, ficava o beliche que Tia Ana dividia com mais duas irmãs. Na parte inferior, ela costumava dormir junto com a irmã Terezinha, enquanto, na parte superior, dormia a irmã Ditinha, que tinha bronquite, então *todo privilégio de saúde era para ela*. Até os dias de hoje, minha tia relata que não gosta de dormir sozinha, *por ter sido acostumada assim, com todo mundo junto*. Os irmãos — Joaquim, João, Toninho e Geraldo — dormiam na sala, em uma beliche e uma cama de solteiro. De noite, ela relembrava que não podia passar pela sala para ir à cozinha; caso contrário, havia briga entre eles.

As costas do guarda-roupa ficavam na nossa beliche. Então nós tínhamos que entrar de lado, assim, de ladinho, assim, pra poder entrar na cama. Porque se entrasse de frente nós não entrávamos.



Casa na Vila Mangalot.
Elaboração própria.

A casa da Tia Zezé e do seu marido é descrita com condições ainda mais precárias. Lá moravam o casal e seus seis filhos. Era integralmente de madeira, também com sala, cozinha, quarto e banheiro externo (*mal cabia uma pessoa lá dentro*). As instabilidades que permeavam a vida naquele momento faziam com que as casas, já superlotadas, por vezes passassem a abrigar ainda mais pessoas. A Tia Cida, que morava na região sul do município, foi deixada com quatro filhos pelo marido, então precisou morar novamente com os pais. Quando minha avó Maria, também filha da Bisavó Catarina e do Bisavô Cândido, separou-se do marido violento, ela e os três filhos passaram a morar na casa da Tia Zezé. Nesses momentos, cada casa chegou a abrigar em torno de doze pessoas.

Em contraposição à vida rural no Paraná, Pirituba já contava com algumas infraestruturas, como água encanada, energia elétrica, pavimentação e iluminação pública. Tia Ana descreveu onde moravam como um lugar bonito; *apenas a casa era precária*, além das condições do próprio imóvel relativas a iluminação e ventilação, da falta de acesso à rede de esgoto.

Quando conversávamos sobre a casa do Mangalot, um dos elementos que apareceu na conversa foi a *cadeira do pai*. Questionei o porquê de ela a chamar assim. Tia Ana contou que tal cadeira veio da primeira casa em que trabalhou como empregada doméstica, e só se lembrava do pai sentado nela. Justificando, disse que ele saía para trabalhar de madrugada, então ela não o via com tanta frequência no cotidiano, e, quando ele estava em casa, ou estava dormindo ou estava na cadeira.

Naquela época homem não fazia nada em casa. Ele só ficava na cadeira, recebendo comida e água.

Em torno dos treze anos de idade, Tia Ana conseguiu seus primeiros empregos em São Paulo, como empregada doméstica na casa de conhecidos e vizinhos. Os trabalhos eram instáveis; com a primeira família, ficou apenas um mês. A dona da casa queria que ela também trabalhasse para o irmão, que morava sozinho na residência da frente, mas sua mãe não deixou. Além disso, acabou ficando doente e deixou o trabalho. O pagamento por esse mês foi um armário e uma cadeira, com que passaram a mobiliar a casa do Mangalot. Na sequência, trabalhou em uma casa vizinha, mas não ficou muito tempo porque começou a sofrer maus tratos das filhas da dona da casa. Por fim, trabalhou em outra casa, com *um pessoal mais bonzinho*.

O primeiro emprego fora do ambiente doméstico foi com 15 anos, em uma manufatura de tapetes, e *a dona lá era um carrasco*. As tapeçarias eram bastante pesadas. Sendo uma fábrica, os serviços eram separados, mas relacionados: bordado, costura, raspagem, colagem. Quando ingressou, Tia Ana começou no setor de raspagem. Conforme as máquinas produziam o tapete, a lã acumulava-se embaixo, então ela e as companheiras do setor raspavam os resquícios com uma escova de cerdas de ferro. Em alguns momentos, o ferro virava e cortava as mãos de quem os operava, por isso seus dedos viviam sendo cortados, e a poeira da própria lã intensificava a dor. Quando alguém se machucava e uma trabalhadora se prestava a socorrer a outra, eram repreendidas pela *carrasca*. Relembra que muitas pessoas pediam as contas logo nos primeiros dias de trabalho nesse setor. Parece uma espécie de peneira de resistência, em que os recém ingressos são colocados primeiro no trabalho mais lesivo fisicamente.

Em seu horário de almoço, minha tia, por curiosidade, passeava pelas outras alas da fábrica admirando os trabalhos.

Ficava encantada com as mulheres trabalhando. Por conta disso, os donos a colocaram em várias partes da fábrica para aprender outros ofícios. Para ela, os piores eram de raspagem e colagem, porque a cola possuía um cheiro horrível. Chegou a trabalhar na seção de teares, descrita como a mais nobre, onde trabalhavam apenas duas mulheres adultas, sendo o restante dos funcionários homens e ela, a única menor a trabalhar na ala. Antes de começar na função, precisou aprender a manusear os teares com *um senhor mais experiente*. Tudo indica que o trabalho na manufatura era preponderantemente feminino e, quanto menos qualificado e mais insalubre, maior o grupo de vulneráveis na função. Ela e sua irmã Terezinha, que trabalhava na mesma fábrica, ficaram lá por dois anos, saindo quando a empresa se mudou para Itapevi — o pai não as deixou trabalhar longe de casa.

Seu primeiro emprego registrado em carteira de trabalho foi na Siemens, então localizada na Lapa. Ela foi indicada pelo proprietário da casa que alugavam. Trabalhava em escritório, fazendo xerox e atendendo clientes. Tia Cida e Tio Toninho, seus irmãos, também trabalharam para a companhia, ela no escritório e ele como office boy. Na realidade, no bairro em que viviam, muitas outras pessoas também trabalhavam para a companhia. Minha tia relata que com frequência, quando estavam aguardando o ônibus para ir ao trabalho, outros funcionários passavam de carro e ofereciam caronas. Posteriormente a fábrica da Siemens saiu da região, abrindo nova fábrica em Osasco. O escritório, contudo, ainda se manteve ali, onde minha tia continuou a trabalhar por um total de três anos e meio, saindo quando desenvolveu forte anemia.

Perguntei se ela sentia que a vinda para São Paulo havia

melhorado as condições de vida, para qual obtive a resposta de que começar a trabalhar fora melhorou a situação financeira da família, com ela e os irmãos *dando o dinheiro com todo o gosto para os pais*. A melhora é traduzida no acesso aos bens de consumo: “*Quando começamos a trabalhar, a vida começou a melhorar. Compramos fogão, liquidificador, alguns utensílios para dentro de casa.*”.

Em setembro de 1979, muito próximo ao momento em que saiu da Siemens, casou-se, e, um mês depois, engravidou da primeira filha. Essas mudanças fizeram com que não retornasse ao mercado de trabalho por um tempo. Passou a viver no terreno dos sogros em uma casa de dois cômodos construída pelo próprio marido. No mesmo quintal, ainda viviam mais três núcleos familiares, compostos pelos cunhados. Foi a primeira vez que teve um quarto só para ela, mas *chorava o dia inteiro de saudade da mãe*.

Sem a despesa do aluguel, ela e o marido passaram a juntar dinheiro para adquirir a casa própria. Inicialmente, aventaram a possibilidade de comprar um terreno próximo e autoconstruir, mas o montante guardado era insuficiente para comprar um terreno em um bairro próximo à Lapa, onde os sogros moravam. Então, optaram por adquirir um apartamento na Cohab de Carapicuíba, para onde sua mãe e irmãs haviam se mudado poucos anos antes.



ilda

Ilda (79) é a melhor amiga de minha avó. Nasceu na zona rural de Minas Gerais e mudou-se para a zona rural do Paraná antes de completar um ano de idade, onde viveu por mais de 30 anos. Migrou para São Paulo adulta, casada e com dois filhos.

Ilda nasceu na zona rural de Minas Gerais no ano de 1944. Antes de completar um ano de idade, sua família mudou-se para o Paraná. Relembra que naquela época havia as *empreitadas*, nas quais os fazendeiros forneciam trabalho por seis anos — oferta que atraiu seu pai, fazendo com que passassem a morar em uma região próxima a Maringá. Anos depois, mudaram-se para uma área próxima a Campo Mourão. Lá conheceu seu marido José e teve seus dois primeiros filhos, Paulo e Leni, tendo continuado a viver no estado por mais 25 anos.

Seu primeiro conhecido a migrar para o centro econômico do país foi seu irmão, ao completar 18 anos e ser *liberto do quartel*. Em 1968, José, marido de Ilda, já estava cansado do trabalho árduo no campo, e, motivado pela procura de melhores condições de trabalho e de vida para toda a família, partiu primeiro, estabelecendo-se em Osasco, onde conseguiu emprego no Hospital das Damas. Após cinco meses, já no ano de 1969, ela e as crianças finalmente foram ao seu encontro. Ilda não concordava com a escolha dele de se separarem para a vinda:

Naquela época, as mulheres tinham uma aceitação fora de sério. Hoje em dia, as mulheres são valentes, trabalhadeiras, antes só acatavam ao marido.

O marido alugou um cômodo na casa de uns portugueses para viverem. Permaneceram nessa primeira casa por um ano, onde ela engravidou do filho caçula, Cláudio. No segundo ano, mudaram-se para outra casa, desta vez com dois cômodos, na mesma avenida, a Av. Analice Sakatauskas, perto de Jaguaripe — *naquela época, era tão simples e hoje em dia é um bairro bom* —, onde residiram por três anos. Nesse período, seu marido comprou um terreno na Rua Luiz de Souza, onde construiu uma casa com três cômodos: sala, quarto e cozinha. Antes de completarem um ano na casa recém construída, José a vendeu — Ilda não sabe explicar por quê. Então, voltaram a morar de aluguel no Jardim Umuarama, localizado atrás do Bradesco na Cidade de Deus, onde permaneceram por três anos até o momento da mudança para a COHAB de Carapicuíba.

Em Osasco, Ilda passou a trabalhar fora de casa, sempre em empregos próximos ao local de moradia. Havia uma preocupação com o cuidado dos filhos, principalmente com o mais novo; assim, durante o horário de trabalho, ela contava com a filha, Leni, desde seus 11 anos de idade, para cuidar do irmão.

Um de seus primeiros empregos foi no supermercado Baleia³, localizado na Rua Dona Primitiva Vianco, no centro da cidade. Trabalhou em torno de três anos como auxiliar de cozinha na lanchonete desse mercado, de 1971 a 1975, saindo de lá devido a uma briga que ocorreu entre ela e um cozinheiro, que assediava as funcionárias. No episódio, Ilda estava preparando uma salada, e ele a forçou contra uma pia.

³ O qual, depois, passou por algumas transformações: de nome, para Eletroradiobraz; e de proprietário, sendo primeiro para o Pão de Açúcar, e, mais recentemente, para o Extra.

Em resistência, ela deu um tapa na cara dele, o que acabou por desencadear a intensificação das agressões. Os demais funcionários chamaram o coordenador, que demitiu os dois. O horário de trabalho do assediador era até as 17 horas, mas, nesse dia, ele ficou até as 20 horas no trabalho, mostrando ser um ataque premeditado. Ele já havia sido demitido do antigo emprego em outro restaurante, por arrumar brigas com outras funcionárias, e constantemente repetia que “toda mulher que trabalha é sem vergonha”.

Após a demissão, Ilda passou um tempo exercendo exclusivamente o trabalho doméstico, tendo voltado ao mercado de trabalho somente quando precisou completar a renda do marido para acessar o financiamento do BNH. Nesse momento, passou a exercer a função de auxiliar de limpeza para o complexo do Banco Bradesco, localizado a poucas quadras de sua casa. Ela não conhecia nenhum morador da COHAB de Carapicuíba, que já contava com a Cohab 1. Foi seu marido José, trabalhando na SiMAPI⁴, quem ouviu de colegas de trabalho acerca da construção de novos prédios no conjunto habitacional. Em 1977, deixaram Osasco, dirigindo-se ao município vizinho.

4 Metalúrgica voltada a produção de componentes metálicos estampados para diversos setores, como o automotivo, o de eletrodomésticos e o da construção civil. A empresa encerrou suas atividades nos anos 2000.



vó maria

Minha avó materna nasceu na zona rural de Minas Gerais e mudou-se para o Paraná ainda na infância. Com 19 anos, logo após seu casamento, migra para São Paulo. Antes de completar um ano da mudança retorna ao Paraná, mas poucos anos depois retorna definitivamente para a metrópole.

Vó Maria (79) nasceu em Minas Gerais, na região de Castelhanos, próxima à cidade de Maria da Fé. Viveu no estado por 7 anos até se mudar para o Paraná. Sua casa em Minas Gerais era de pau a pique com telhado de sapé. Tinha sala, cozinha e quarto, sem banheiro. Seu pai trabalhava na roça *dos outros*; arrendava a terra para trabalhar e viver. O trabalho não era assalariado — *quando plantava uma quarta de feijão ou de arroz, metade era para o patrão e metade era dele* — e o cultivo era voltado principalmente para a alimentação da própria família. Comiam arroz, feijão, milho, cereais, mas principalmente cenoura e batatinha, as culturas mais produzidas.

A casa da família contrastava com a dos patrões, que moravam em um casarão. Esta, *uma casa quadrada, bonita, de madeira e alvenaria, uma linda casa*. Havia um grande alicerce na sua parte debaixo, uma espécie de porão para guardar carroças, charretes e materiais dos animais. O casal de proprietários tinha dez filhos, e a casa contava com um quarto para cada um. A irmã mais velha de Vó Maria, Tia Zezé, prestava serviços domésticos no casarão, e por isso chegou a participar das aulas ministradas aos filhos dos patrões. Já minha avó não chegou a frequentar a escola nesse momento, porque as crianças costumavam iniciar os estudos a partir dos 7 anos. Além disso, a escola era distante de sua casa.

A mudança para o Paraná foi incentivada por um cunhado de minha bisavó Catarina (mãe de Vó Maria), o Padrinho Antônio, que possuía terras no Patrimônio São Miguel. Ele prometeu à família que, no Paraná, Zezé daria aula, por estar mais avançada nos estudos, e daria uma nova máquina de costura à sua mãe. Além do incentivo, sua irmã vivia uma situação tensa na casa dos patrões, pois um dos filhos que vivia na casa *queria atacá-la*. Tanto ela quanto os próprios pais estavam com medo da situação se agravar, e a possibilidade de sair de lá dava alguma perspectiva de maior segurança.

Rumaram ao Paraná no final de julho, quando minha avó havia acabado de completar 7 anos. Chegando no destino, as promessas de Padrinho Antônio não se concretizaram. A casa e o trabalho no campo eram muito semelhantes à vida que vinham levando, mas desta vez com o gosto do descontentamento de quem um dia sonhou com mais. Outra mulher, *colocada pelos grandes*, já ocupava o papel de professora, lecionando em um salão de sua própria casa. Além de sua irmã não ter conseguido o emprego, minha avó relembrava que a professora, em vez de colocá-la para estudar, colocava-a para fazer os trabalhos domésticos: *Eu era escravinha desde criança; ela me fazia arear panelas e lavar a casa dela de assoalho de madeira.*

Outras famílias vizinhas *que não tinham o que comer* também foram levadas pelo Padrinho Antônio. Além de detentor da propriedade fundiária, ele era, ainda, proprietário dos meios de produção — dono de um monjolo⁵, de um pequeno engenho de cana de açúcar e de uma olaria. Para este último, cooptou vizinhos que já trabalhavam com esse ofício

⁵ Vó Maria me explicou como funcionava um monjolo: *você enche a caixa d'água atrás de água, aí o monjolo sobe, soca pra fazer fubá, fazer farinha de um milho que ficou de molho durante vários dias.*

em Minas Gerais para trabalhar no Paraná.

Nas novas terras, plantavam feijão, arroz e, predominantemente, milho. Chegaram a trabalhar em cafezais quando foram morar em outra propriedade, mas a plantação de subsistência sempre permaneceu, com batatas, cenouras, repolho, couve, e abóbora. Os irmãos mais velhos foram trabalhar para outro homem, dono de um engenho, produzindo pinga e rapadura. O trabalho do Bisavô Cândido garantia a eles a possibilidade de ocupar um pedaço de terra, enquanto os filhos, além de contribuírem com o trabalho do pai, trabalhavam para outros proprietários e donos de meios de produção para garantir alguma renda extra e auxiliar na sobrevivência da família. Minha avó relembra que seus irmãos recebiam algo em torno de cinco reais por dia trabalhado.

Quando questionei como era a primeira casa em que viveram no Paraná, a resposta foi *igual à de Minas, de pau a pique, de barro, coberta de sapé*. A moradia tinha dois quartos — um para os pais e outro para os filhos —, uma salinha e cozinha, e um terreno aberto, local onde colocavam feijão para bater e onde *mexiam com os mantimentos*. Restauravam o chão e as paredes da casa com frequência; logo que começavam a aparecer buracos, já rebocavam *para não dar bicho*⁶. Quando chovia, não chovia dentro de casa, porque *era tudo bem tampado, o pai amarrava bem o capim da cobertura de sapé*. Na cozinha, havia o fogão de barro e algumas madeiras que serviam como prateleiras. Nos quartos, dormiam em cama de pau de eucalipto, que cortavam e amarravam com cipó, e colocavam o colchão de

⁶ Por conta da técnica construtiva empregada nas casas, *elas ficavam cheias de chupança*. Com a intensa presença dos insetos barbeiros, alguns irmãos de minha avó foram picados e contraíram a doença de Chagas.

tecido riscado, com enchimento de palha de milho — viviam rasgando palha para encher os colchões. Os travesseiros eram de taboa⁷. Colhiam suas espigas no brejo e deixavam secar ao sol; depois desenganchavam suas sementes felpudas para usar de enchimento — tudo feito com base nos saberes populares.

Depois de alguns anos no Patrimônio São Miguel, foram para Água Grande. Mudaram-se porque lá o arrendamento da terra propiciava um pouco mais de sustento. A casa, similar à anterior, foi feita do zero. Fizeram esteio com troncos grossos nos quatro cantos da casa, para as paredes. Entre os esteios, trançavam as madeiras, utilizando jacarandá — *porque não podia cortar pau-brasil* —, e depois preenchiam com barro.

A Bisavó Catarina, além de cuidar dos afazeres domésticos, das gravidezes e dos filhos, também trabalhava na roça. Nesses momentos, as crianças mais novas ficavam sob o cuidado das mais velhas. Ademais, era ela quem costurava as roupas dos filhos e do marido.

Minha mãe não tinha tempo para nada, só tinha tempo para cuidar dos filhos. Passou a vida parindo. Quando tinha um que estava crescendo, já engravidava do próximo.

Com 12 anos, minha avó começou a trabalhar na roça. Sempre trabalhou muito. Desde a infância em Minas, lembra-se de carregar latas de água nos ombros e de rebocar as paredes da casa e o fogão a lenha com barro branco. Quando a mãe não estava em casa, era ela quem cozinhava e levava a comida para o pai durante o trabalho na terra. Seu tempo era dividido entre

⁷ Planta aquática encontrada em lagoas e brejos, que dispersa suas sementes de forma muito parecida com um dente-de-leão. Suas espigas possuem tons alaranjados em formato de salsicha.

o trabalho doméstico, exclusivamente feminino, e o trabalho no campo, predominantemente masculino. O fato de ser a única das seis irmãs a trabalhar nas plantações fez com que ganhasse o apelido de *hominho*: *Eu trabalhava igual homem na roça*.

Conheceu o Joaquim, seu futuro marido, aos treze anos, quando ainda morava no Patrimônio São Miguel. Estava socando arroz para fazer polvilho quando ele fez as primeiras investidas. Mudou-se para Água Grande quando começaram a namorar. Nessa época, ele já apresentava sinais de ciúmes. *Ele era violento, eu nunca fui apaixonada por ele*. Costumava beber e arranjar briga nos bares. Queria se casar com minha avó quando ela tinha 16 anos; não era a vontade dela, que recusou o pedido, alegando que só se casaria quando completasse 18 anos. Havia ganhado uma aliança de noivado, mas, com a recusa, ele atirou a aliança no mato e mudou-se para São Paulo, onde vivia sua irmã.

Com Joaquim em São Paulo, minha avó passou por uma desilusão amorosa, que acabou por chegar aos ouvidos do futuro marido, motivando-o a voltar para o Paraná, a fim de pedi-la em casamento pela segunda vez. Vó Maria acabou aceitando o pedido por influência de parentes do noivo, que diziam que ao se casar *ele iria mudar, ficar mais calmo*. Após o pedido, ele regressou a São Paulo. Três meses depois, Vó Maria, enquanto *estava abanando feijão*, viu surgir um homem com a *cabeça raspada*, levando um susto quando viu que se tratava de Joaquim.

Aos ouvidos do futuro marido chegou o boato de que minha avó não era mais virgem. No dia do casamento, ele ameaçou a *devolver para o pai* na mesma noite caso julgasse ser verdade o boato. *Como eu ia pegar amor em um homem desses?*

Que fala isso para a mulher na noite de núpcias.

A relação turbulenta foi refletida de diversas formas. Vó Maria ficava aflita de pensar que sua filha, ao se casar, passaria pela mesma situação. Contudo, anos depois, ao trabalhar fora de casa, teve contato com outras mulheres que passaram por experiências distintas da sua, e a partir dessas trocas teve consciência de que o ocorrido não era *normal*, passando a elaborar melhor as dimensões das violências vividas no casamento desde o primeiro dia.

Em junho de 1969, três dias depois do casamento, o casal mudou-se para São Paulo. O cônjuge, que anteriormente já estava na cidade vivendo na casa de sua irmã, disse à minha avó que já havia alugado uma casa para os dois. Ao chegar na metrópole, Vó Maria foi surpreendida ao descobrir que moraria em uma habitação de dois cômodos junto aos cunhados. A casa de alvenaria era composta por um banheiro externo; um quarto, onde dormiam os cunhados; e a cozinha, onde ela e o marido dormiam em um colchão de capim atrás da geladeira, utilizada como divisória. O imóvel localizava-se no bairro Parque Maria Domitila, vizinho à Vila Mangalot, e contava com acesso a rede elétrica e água encanada.

Viveram durante quatro meses nessas condições. Já no segundo mês de casamento, a menstruação dela parou. Insistiu para Joaquim alugar uma casa só para os dois no bairro vizinho, São Domingos; pensou que, assim, *finalmente seriam felizes, teriam privacidade*. Descreve o bairro como um lugar bonito. Lá, conseguiram alugar uma casa de *material*. Enquanto ela trabalhava cuidando da casa, o marido trabalhava fora em uma metalúrgica. No quarto mês de gestação, quando ela estava se acostumando com viver longe da família, sua rede de apoio, e

com a rotina a dois, o marido pediu as contas e determinou que voltariam ao Paraná, sem dinheiro e com o primogênito a caminho.

Retornaram para Água Grande, bairro vizinho ao Patrimônio São Miguel. No lugar do salário mensal, Joaquim passou a receber por dia trabalhado na roça. Voltaram a morar em uma casa de pau-a-pique, onde nasceram os primeiros filhos. Com dez meses de casada, Vó Maria teve o primeiro filho, Zé Geraldo. Onze meses mais tarde, engravidou do segundo, Claudinei; e, depois de mais onze meses, engravidou da minha mãe, Rose. *Um atrás do outro.*

Grávida do filho do meio, após um desentendimento com o dono das terras onde moravam, retornaram ao Patrimônio. Lá, minha avó engravidou da minha mãe, a caçula. Nesse momento, moravam muito perto de meus bisavós, visto que ambos construíram as casas no mesmo terreno. Juntos, criavam porcos, galinhas e uma cabrita. Mesmo assim, contudo, a situação da família ficou ainda mais difícil, porque Joaquim foi trabalhar ainda mais longe, ganhando por dia e fazendo a própria lavoura, produzindo apenas para comer — só arroz, feijão e alguma criação. Desse período, minha avó relembra que, grávida da terceira filha, contava com a ajuda da mãe para olhar os filhos enquanto levava a refeição ao marido na roça. Era uma grande distância, em torno de dois quilômetros, com subida.

O intenso trabalho no campo afetou a saúde de Joaquim; as múltiplas varizes em suas pernas davam pistas dos problemas circulatórios adquiridos. Durante um dia de trabalho, fincou um estrepe de sapé na sola do pé, atravessando-o todo. Deslocaram-se até a cidade, centro de Wenceslau Braz, em

busca de atendimento médico, mas não tinham dinheiro para pagar um profissional de saúde. Foi, então, uma freira quem prestou socorro, removendo a estaca a sangue frio.

No mês de abril, pela segunda vez, o marido voltou para casa de sua irmã em São Paulo. Desta vez, além de procurar por emprego na cidade, foi em busca de um tratamento médico para o problema de circulação sanguínea, deixando para trás uma roça de milho, uma recém semeada roça de feijão, uma porca engordando, três filhos (incluindo uma recém-nascida), e uma esposa, com tudo e todos aos cuidados dela. Para dar conta sozinha, deixava minha mãe em um bacião durante o trabalho em casa e, quando precisava carpir, deixava os dois filhos, de 5 e 3 anos de idade, olhando a irmã mais nova. Enquanto esperava pelo marido, foi para a roça quebrar milho na mão, vendeu-o, e plantou feijão, que germinou, cresceu e foi colhido. Em junho, dois meses depois, ela e as crianças seguiram o marido de volta a São Paulo⁸.

Estava confiante de que Joaquim teria alugado uma casa para os dois, na expectativa de voltar ao mesmo ponto de onde haviam partido. Entretanto, retornaram à casa da cunhada no Parque Maria Domitila, agora com mais três crianças. Na cozinha dormiam o casal com os filhos mais novos, e no quarto dormiam os cunhados com Zé Geraldo, que dividia a cama com sua prima. A cunhada trabalhava lavando roupa para cinco casas diferentes, então minha avó responsabilizava-se pela maior parte dos serviços domésticos. Seu marido Joaquim não aceitava que as duas famílias dividissem a mesma refeição,

⁸ Neste retorno, também vieram meus bisavós, em viagens espaçadas. Meu bisavô veio no mesmo ônibus que minha avó e, no mês seguinte, os demais parentes retornaram, conforme descrito no relato de Tia Ana.

então ela precisava cozinhar duas panelas de comida, uma para os cunhados e uma para eles, preparar duas garrafas de café, fazendo todo o trabalho doméstico dobrado. Desabafava com a cunhada que precisava arrumar logo uma outra casa para morar, já tinha essa ansiedade.

Moraram nessas condições por quatro meses. Nesse tempo, minha avó *foi abrindo a mente, ficando mais esperta*. Em uma tentativa de reverter a situação que viviam, contrariando a vontade do esposo, passou a prestar serviços domésticos na casa de outras famílias nos horários em que Joaquim trabalhava na indústria. Trabalhava em segredo, com os cunhados ajudando a acobertar suas saídas. Seu cunhado chegou a ser o fiador de seu primeiro fogão, porque ela ainda não possuía emprego registrado.

Falava para o marido sobre o desejo de alugar uma casa só para eles, mas ele não concordava. Com o trabalho fora, ela conseguiu primeiro juntar dinheiro para comprar uma panela de pressão; depois, comprou um fogão; e, por fim, alugou uma casa *no Schmitz*⁹. Observa-se que os primeiros utensílios desejados e comprados pela Vó Maria com o dinheiro de seu trabalho fazem parte do universo da domesticidade, chegando ao ponto de poupar dinheiro para um espaço doméstico exclusivo de sua família.

Ao mudarem-se para o *Schmitz*, uma vizinha comentou com ela que a Bordon¹⁰ estava procurando gente para

⁹ Schmitz é o proprietário do terreno em Pirituba. Possuía para alugar em torno de três construções, outros quartos, outros porões.

¹⁰ Empresa do ramo frigorífico, com destaque para a indústria de carne enlatada. Em 1999, foi incorporada à empresa Friboi, da JBS — hoje, a maior companhia de carnes do mundo.

trabalhar. Como estratégia, em vez de pedir autorização ao marido — sabendo que receberia uma resposta negativa —, entrou no emprego e só depois contou para ele. Começou a trabalhar como auxiliar de cozinha no mesmo dia em que foi ao recrutamento, tendo sido inicialmente registrada em uma empresa terceirizada e, três meses depois, após o período de experiência, registrada na Bordon, no dia 15 de novembro de 1969. Quando contou para o marido sobre o emprego, foi xingada. Para ele, as mulheres que trabalhavam em empresas eram *putas*.

Ao se dar conta de que minha avó realmente havia alugado a casa, Joaquim foi atrás de encontrar uma cama para colocar o colchão de capim. Mobiliaram a casa com um banco mais algumas prateleiras de madeira, o fogão, a panela de pressão e as demais panelas que minha avó havia trazido do Paraná. *A casa era um porão*, com um quarto e cozinha, e um tanque — *sempre cheio de lesmas* — e um banheiro na área externa. O *porão* é chamado assim por não possuir janelas, sendo a única abertura a porta de entrada e saída que dava para a cozinha.

Em busca de condições melhores, minha avó alugou em conjunto com uma conhecida recém-casada uma casa para dividir entre as duas famílias. A conhecida ficou com dois cômodos — quarto e sala, acrescidos de uma área na frente da casa —, e minha avó ficou com os outros dois cômodos — um quarto e a cozinha, mais a lavanderia externa. Essa casa localizava-se na Rua Pirituba e fazia fundo para as casas em que moravam minha bisavó Catarina e a Tia Zezé.

Por um breve período, voltaram a morar no *Schmitz*. Depois, foram para uma casa na Rua Manoel, a qual minha

avó considera a melhor em que moraram no período, mas foi nela *que o caldo engrossou*. A casa era de cimento vermelho, com piso de taco nos quartos e de cerâmica na cozinha. Quando questionei sobre o preço do aluguel, ela não se recordou do valor, mas destacou que, com os dois salários mínimos do casal, conseguiam pagar o aluguel, as despesas do mercado, as contas de luz e de água, mas não sobrava mais nada.

Quando as condições financeiras melhoraram um pouco, com o registro em carteira e a estabilidade de trabalho na Bordon, minha avó planejou comprar uma casa no bairro Maria Domitila, ainda em Pirituba. Ao completar três anos de empresa, a Bordon aprovou um empréstimo de 800 cruzeiros à Vó Maria para a compra da casa¹¹. Entretanto, seu marido recusou-se a assinar os papéis da compra, fazendo com que perdesse a primeira oportunidade de adquirir a casa própria.

A cada dia que passava, o casamento ficava mais insustentável; a cada dia, Joaquim brigava mais com minha avó — *ao invés de trabalhar, você está andando de táxi*. A vida transformou-se em um inferno; o marido a agredia verbal e psicologicamente, enquanto a violência física era principalmente despendida no filho mais velho.

A primeira vez que ele deu um tapa na minha cara eu empurrei ele para longe, só que ele batia muito no Zé Geraldo, parecia que ele batia nele querendo bater em mim.

Na Bordon, minha avó trabalhava de domingo a domingo, sem descanso. Quando tinha em torno de seus 30

11 Todos os meses, a Bordon descontava um valor dos salários para alimentar a caixinha dos funcionários, a partir da qual disponibilizava empréstimos aos trabalhadores.

anos, chegou em casa cansada do serviço, tomou um banho e passou *seu creme Nivea* no rosto. Vendo-a assim, Joaquim a acusou de *ter pintado a sobrancelha*, desferindo um tapa contra o rosto de minha avó. Ela revidou com um soco, jogando-o contra o guarda-roupa (tinha *força de leão*, afinal seu trabalho exigia muito esforço físico). Enfurecido, ele foi procurar uma navalha para cortar a sobrancelha dela. Minha avó fugiu e ficou escondida com seus filhos em uma casa abandonada da rua. Uma cunhada de minha avó, que morava com eles neste período, levou seu irmão para a casa da outra irmã, sob o argumento de que ele estava louco. Já no início da semana seguinte, ele foi até a proprietária da casa e pediu que ela despejasse a esposa e os filhos, alegando que minha avó não teria condições de pagar o aluguel sozinha. Praguejando: *Você vai ficar comendo formiga com seus filhos.*

Ocorrido em 1974, esse episódio foi o estopim que levou à primeira separação dos dois, momento em que minha mãe tinha seis anos e seus irmãos oito e dez. Após o despejo, ela não conseguiu se mudar com os três filhos para a casa dos pais, porque alguns de seus irmãos, que lá viviam, não permitiram. Assim, ela e os três filhos passaram a morar na casa de sua irmã mais velha, geminada a de meus bisavós. Nela, Tia Zezé morava com seu marido e seus seis filhos. Com a chegada dos novos integrantes, a casa passou a contar com onze membros.

Ao todo, moraram durante onze meses nessas condições. Vó Maria os relembrava como um período de ainda maiores dificuldades. A casa de alvenaria possuía três cômodos: saleta, quarto e cozinha, com um banheiro na área externa. Minha tia e o marido dormiam no quarto com suas duas filhas mais novas. Na saleta, dormiam mais dois filhos da minha tia em uma beliche, e os dois filhos da minha avó em um bercinho.

Minha mãe e minha avó dormiam na cozinha — a geladeira que trouxe na mudança serviu para criar uma divisória, atrás da qual a cama delas ficava.

Enquanto morava na casa de sua irmã e continuava trabalhando na Bordon, minha avó almejava conseguir pagar o aluguel de uma casa para viver com os filhos em melhores condições. No trabalho, compartilhando sua vontade, alguns colegas começaram a aconselhá-la para comprar um imóvel próprio: *Maria, o valor que você paga de aluguel é o mesmo que você vai pagar na parcela da casa.* De fato, o valor que minha avó encontrava nos aluguéis em Pirituba era o mesmo necessário para pagar as prestações de uma casa em Barueri. Ela chegou a procurar por oportunidades em outras áreas da cidade, como em Perus, mas só conseguiu acesso a moradia no município vizinho de São Paulo, em uma casa desprovida das infraestruturas que já acessava em Pirituba, como água encanada, energia elétrica e ruas asfaltadas.

Em 1975, um conhecido falou para ela comprar uma casa em Barueri de uma pessoa que a estava vendendo para ser paga em três anos e meio no *valor de aluguel*. Ela pediu o prazo de um mês para ir atrás do dinheiro. O Frigorífico Bordon emprestou parte do montante da entrada. Ainda assim, faltavam dois mil cruzeiros e o prazo combinado com o vendedor se encerraria em breve. Vendo a situação de minha avó, uma amiga do trabalho fez um empréstimo no banco para ela completar a quantia necessária. No dia seguinte, retornou a Barueri e comprou a casa, que ao todo custou 25 mil cruzeiros¹².

12 O equivalente a aproximadamente 66 salários mínimos da época. Atualizando o valor para o ano de 2020 com base no INCC-DI, seria o equivalente a R\$ 71.193,05. O Índice Nacional da Construção Civil (INCC-DI), calculado pela FGV, é realizado a

O terreno em Barueri, onde minha avó vive atualmente, foi colocado no nome de seus três filhos, como uma forma de proteção em relação ao seu ex-marido, visto que não estavam separados legalmente¹³ e havia um temor de que ele pudesse vir a tomar o terreno dela. Na época, um dos advogados da Bordon elaborou uma carta para ser levada à prefeitura de Barueri em que ela apresentava-se como tutora dos filhos. Como em outras passagens da vida de minha avó, o mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que foi palco de extrema exploração, colocou-a em contato com outras trabalhadoras e trabalhadores de diferentes graus de formação que a auxiliaram em importantes momentos. Foi o caso da compra do terreno.

O doutor Geraldo, de onde eu trabalhava, lá na Bordon, fez uma carta para mim, falando que se acontecesse qualquer coisa comigo, meu pai iria assumir a dívida. Meu pai nem sabia, ele cagava de medo de fazer dívida. Ele assumia a minha dívida. Para poder eu colocar o nome dos três, porque eram de menor e era dívida que eu tava comprando a prestação. Aí eu comprei em três anos e meio e paguei isso aqui. Depois que eu paguei, aí eu tirei a escritura em nome dos três. Aliás, eu já comprei em nome dos três, né?

partir do levantamento de preços de materiais e de salários pagos na construção civil, ambos para o setor de habitação. Sua série histórica inicia em fevereiro de 1944. Fonte: FGV (2024).

13 O divórcio só ocorreu quando Joaquim casou-se novamente em cartório e precisou assinar os papéis para prosseguir com um novo casamento. Um fato que surpreendeu minha avó foi de que ela não precisou assinar nada para oficializar a separação, ela tinha o papel do desquite, mas não do divórcio. Só retirou a averbação no cartório quando anos mais tarde retornou ao Paraná, onde seu ex-marido havia oficializado o novo casamento.

Enquanto ainda estava pagando as parcelas da casa, um novo diretor assumiu o cargo na Bordon, passando a suspender a possibilidade de trabalhar horas extras. Minha avó dependia delas, pois *ganhava dois salários, o normal e o das horas extras*. Seu turno registrado era das seis horas da manhã às duas horas da tarde; a partir desse horário até as oito horas da noite fazia horas extras, totalizando uma jornada de trabalho de quatorze horas diárias, além do trabalho aos finais de semana. Como o montante recebido pelas horas extras era maior do que o salário, a nova política motivou minha avó a trocar de emprego.

A casa própria em Barueri, localizada em um terreno extremamente íngreme, tinha condições ainda mais precárias que as anteriores. Descrita como uma *tapera*, possuía as janelas quebradas e rachaduras nas telhas — *chovia mais dentro de casa do que fora*, chegando ao ponto dos colchões apodrecerem com a umidade. Quando se mudaram, ainda não havia pavimentação nem iluminação pública nas vias. Minha mãe relembra a felicidade que sentiu em sua infância no dia em que acenderam todas as lâmpadas da rua. Com a chegada desses postes, também passaram a ter energia elétrica dentro de casa através de *gatos*. À época, a região também não possuía rede de água nem esgoto; precisavam buscar água na bica, algo que ocorria quando ainda viviam na zona rural do Paraná, e que havia deixado de ser uma necessidade em Pirituba.

Durante o período de morada em Barueri, os familiares e a igreja que a família frequentava começaram a pressionar Vó Maria a reatar o relacionamento com Joaquim. Assim, os dois passaram a frequentar encontro de casais na igreja, e ele voltou a morar com a esposa e filhos. Durante os três primeiros meses, as pessoas pensavam que eram *um casal de namorados*, pois ele fazia de tudo para reconquistá-la. Minha mãe relembra que,

quando pequena, não queria a volta do casal; que não gostava de quando ele se aproximava da mãe, e que tinha medo do pai — chegando a se esconder debaixo da cama da avó quando ele fazia alguma visita. Depois dos primeiros meses juntos, Joaquim voltou a discutir com a minha avó, principalmente por conta do trabalho dela (a única fonte de renda para pagar as prestações da casa).

Um novo estopim chegou dois anos mais tarde, por causa de uma cerca quebrada. À época, ele trabalhava no setor da construção civil, e recusava-se a consertar o cercado de madeira que envolvia a casa e vinha apodrecendo por conta da chuva, alegando que minha avó havia ganhado essa cerca dos *machos*. Ela seguia trabalhando, inclusive aos finais de semana, para pagar a casa e dizia a ele que nada ali era dela, que era tudo dos filhos. Em um desses episódios, ela foi trabalhar em um domingo extremamente frio, *de doer os ossos*. As carnes estavam grudadas no freezer da empresa, e ela precisava descongelar e temperá-las para poder cozinhá-las na segunda-feira. Ali, viveu seu momento de epifania, dizendo às colegas: *se eu chegar em casa e ouvir o Joaquim dizendo que eu estava andando com os macho, ele nunca mais vai morar comigo; vou me separar dele para nunca mais*. Foi embora de tarde com as mãos endurecidas por conta do gelo e com aquele sentimento amargo. Seu filho Claudinei, naquele momento com 9 anos de idade, foi correndo para encontrá-la no ponto de ônibus, no horário em que costumava chegar do serviço. Perguntou a ele onde estava o pai e recebeu como resposta: *O papai foi atrás de você para ver se estava trabalhando mesmo ou dando por aí*. O marido realmente não estava em casa; havia, mais uma vez, ido *sonda-la*, mas se desencontraram no caminho. Quando ele chegou em casa, as ofensas à minha avó continuaram.

No dia seguinte, ela chegou ao trabalho chorando. *Hoje eu não choro mais, porque minhas lágrimas secaram, naquela época eu vivia chorando.* A assistente social da Forjaço¹⁴ foi atendê-la, e, mais uma vez, ela queixou-se das situações que passava com o marido. Então, recebeu o cartão de um advogado para relatar a situação que vinha passando. Através desse contato, ela conseguiu o desquite, simbolizando o momento definitivo de emancipação do marido violento.

Assim que terminou de pagar as prestações da casa e conseguiu a escritura, o documento possibilitou que fizesse um empréstimo bancário para reformar a casa. A maior parte de seu salário passou a ser empregado nas reformas. Ao todo, ela e os filhos viveram em Barueri por cinco anos. Quando estavam terminando de colocar piso na casa, foi chamada pela COHAB para morar no conjunto habitacional de Carapicuíba.

2.

A habitação sem cidade



2.1 como o governo militar responde a questão da habitação

Antes de adentrar nas medidas tomadas pelo Governo Militar no setor habitacional, cabe uma consideração sobre a questão da moradia. Em 1872, Engels (1984) já denunciava que o problema da habitação nas cidades alemãs não seria solucionado com a construção de mais edificações habitacionais — em algumas cidades os imóveis residenciais superavam o número de famílias sem acesso à moradia. Mais de 150 anos depois, em São Paulo e em diversas outras cidades capitalistas ao redor do mundo, o mesmo quadro se repete. Entretanto, a "resposta" dada à questão, tanto pelo setor público quanto pelo privado, sempre foi e continua sendo a maior produção de moradias. A solução dada é pautada na reprodução da propriedade privada, que a princípio é a própria geradora do problema habitacional, ou seja, procura-se reparar a questão a partir da sua origem. Em diferentes contextos, o "déficit habitacional" é utilizado como justificativa para reproduzir o modelo, dando asas ao *falso problema*.

Como ensinava Florestan Fernandes, no tempo em que ainda lhe era permitido ensinar, constituem problemas nacionais aqueles desajustamentos que em um momento histórico determinado são identificados e reconhecidos como "situações problemáticas", pela sociedade como um todo, ou seja, por aqueles grupos que possuem o poder de decisão para falar em nome dela. Ora, se esta definição for correta, podemos concluir que a essência e a natureza dos problemas que a nação formula para si mesma, ou pelo menos a importância e a prioridade que lhes atribui, varia em função da estratégia daqueles que em cada momento constituem o poder e detêm a capacidade de decisão. Mas a referida estratégia não é arbitrária e muito menos desvinculada dos movimentos do real. Os governos e os grupos no poder enfrentam problemas reais, particulares e determinados, de cuja solução depende a sua possibilidade de manter-se enquanto poder (Bolaffi, 1982, p.39).

Durante as duas décadas de ditadura, a crítica estava focada em interpretar os problemas urbanos sem comprometer-se a formular políticas governamentais, mesmo que alguns urbanistas estivessem envolvidos na elaboração de legislação, planejamento urbano e de projetos (Fix; Arantes, 2022). Em grande medida, no governo autoritário os intelectuais do campo dos estudos urbanos estavam afastados das decisões políticas. É o caso da política do BNH e do desenho das COHABs, por mais que os estudiosos críticos já olhassem para as questões urbanas, não contribuem diretamente para a formulação das políticas de habitação do período.

o bnh e a cohab

No mesmo ano do Golpe Militar de 1964, houve a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o mais ambicioso programa em nível federal até então, o qual financiou a construção de mais de seis milhões de novas habitações em seus mais de trinta anos de existência (Santos, 1999). A estruturação da política voltava-se a estimular a propriedade através da aquisição da casa própria e da construção de habitações de interesse social por meio de órgãos públicos e da iniciativa privada, ao centro desse sistema estava o Banco Nacional da Habitação (BNH). O sistema e o banco são criados e regidos pela Lei nº 4.380/64 de 21 de agosto de 1964:

Art. 1º O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos **órgãos públicos** e orientando a **iniciativa privada** no sentido de **estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda** (Lei nº 4 380/64 de 21 de agosto de 1964).

O BNH contou com um aporte inicial de 1 bilhão de cruzeiros antigos, acrescido da arrecadação compulsória de 1% da folha de salários sujeitos à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O volumoso montante financeiro drenado à instituição demonstra a importância dada ao "problema" habitacional durante a gestão Castelo Branco. Ainda que logo em seu primeiro artigo, a lei de criação do SFH/BNH aponte

para o direcionamento de um plano nacional de habitação e planejamento territorial voltado às classes da população de menor renda, o projeto parece ter atingido apenas seu objetivo em relação à difusão da propriedade às classes de média e alta renda.

A relevância também manifesta-se quando, a partir de 1967, o banco recebe a gestão dos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Em 1969, o BNH tornou-se o segundo maior banco do Brasil em termos de recursos disponíveis, em decorrência da soma de recursos que para ele foram canalizados (Bolaffi, 1982). Além de arrecadar recursos financeiros por meio da população assalariada, com este dinheiro o banco financiava agentes privados intermediários, contribuindo mais aos atores da construção civil, do que a população a qual teoricamente a política estaria voltada. O principal objetivo cumprido pelo SFH foi a dinamização da economia nacional em benefício do capital imobiliário.

Em 1964, o regime revolucionário que se estabeleceu assumiu, juntamente com o poder, o compromisso de conter e reduzir as pressões inflacionárias. Mas a sua sobrevivência política dependia da capacidade de atingir esse objetivo sem provocar uma depressão economicamente profunda e prolongada. E dependia também de conseguir formular projetos capazes de conservar o apoio das massas populares, compensando-as psicologicamente pelas pressões a que vinham sendo submetidas pela política de contenção salarial. Para tanto, nada melhor do que a casa própria (Bolaffi, 1982, p.44).

O banco tornou-se um funil, com o qual os recursos do FGTS — 74% da receita de 1968 — foram drenados ao

setor privado, alimentando os mecanismos de acumulação e concentração de renda (Bolaffi, 1982). Tanto a política de controle salarial quanto a política de concentração da renda orientadas pelo Estado foram decisivas para viabilizar a política do BNH através da criação da demanda econômica, isto é, mercado com poder aquisitivo necessário para viabilizar o sistema proposto (Maricato, 1982). Até 1976, 80% dos empréstimos do BNH haviam sido canalizados para as camadas de renda média e alta, sendo que as moradias colocadas no mercado pelo Sistema Financeiro de Habitação destinaram-se em sua maior parte a famílias com rendimento superior a 12 salários mínimos (Camargo et al, 1976).

O sistema contava com duas principais fontes de arrecadação de recursos: o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) — conjunto da captação das letras imobiliárias e cadernetas de poupança — e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) — alimentado pelas contribuições compulsórias dos trabalhadores assalariados formais. O SBPE era utilizado para financiar os promotores imobiliários privados, voltados principalmente às classes de média e alta renda, enquanto o FGTS financiou principalmente os investimentos imobiliários promovidos pelas Companhias de Habitação (COHABs).

Havia a expectativa de que o SFH fosse capaz de gerar recursos permanentes em grande escala para atender ao público de todas as faixas de renda de maneira autossuficiente. Entretanto, o desempenho do sistema dependia prioritariamente de dois fatores: a capacidade de arrecadação — tanto do SBPE quanto do FGTS — e o grau de inadimplência dos mutuários (Santos, 1999). Na produção voltada a faixa de renda até três salários mínimos, os baixos salários pagos à classe trabalhadora

afetam tanto a possibilidade de pagamento das prestações quanto a própria arrecadação pelo FGTS.

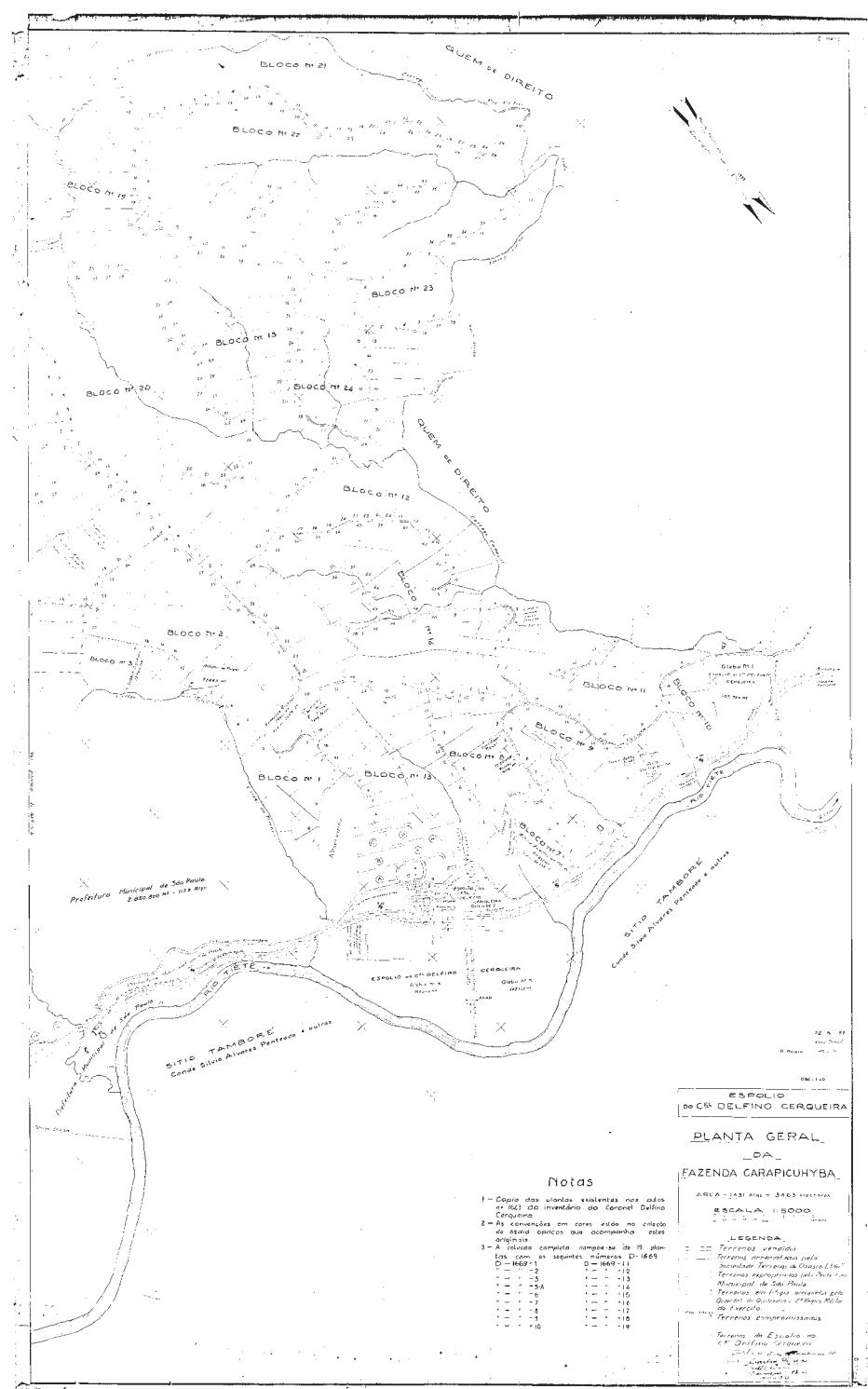
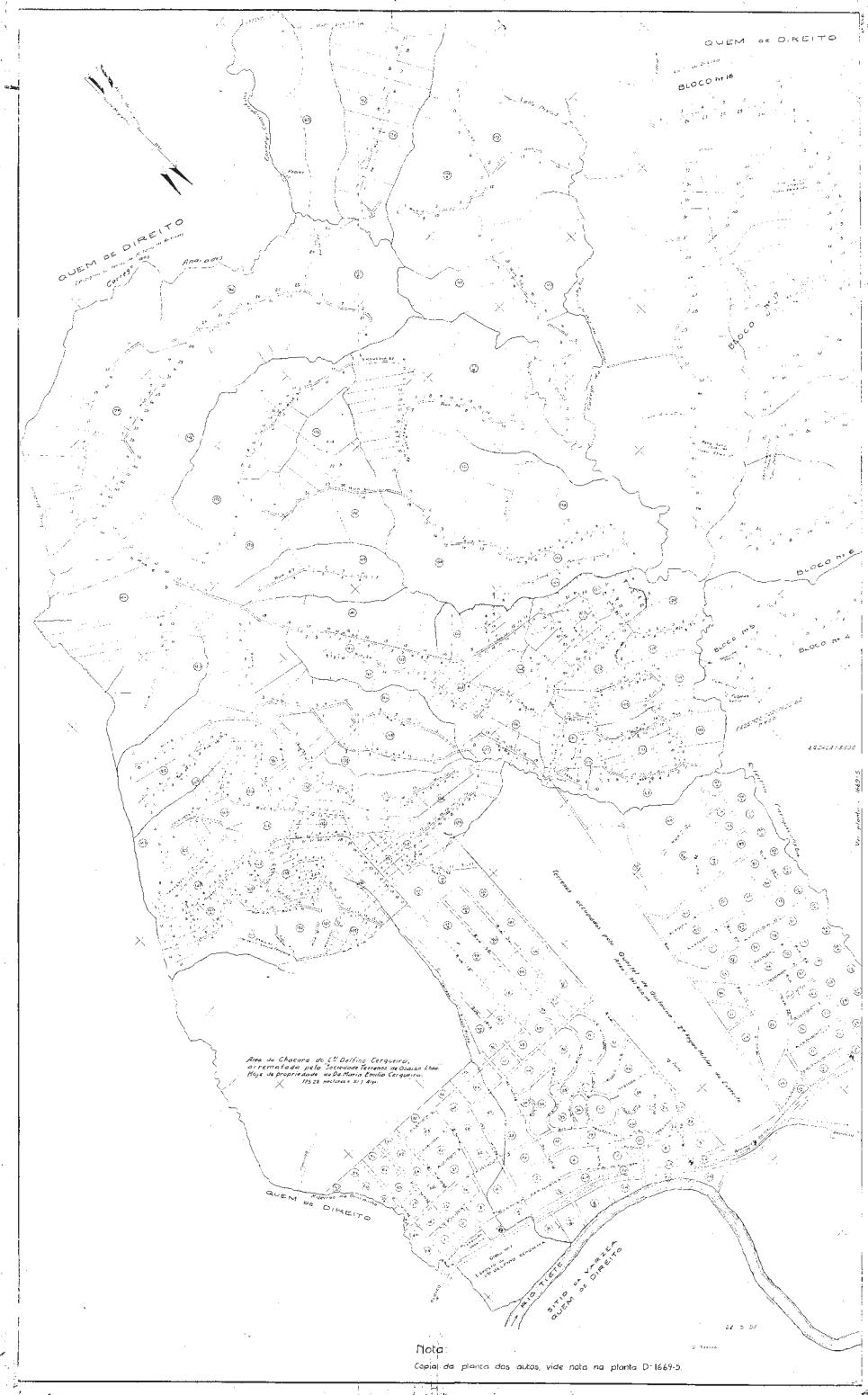
Inicialmente, quando as COHABs atendiam exclusivamente essa faixa de renda, seus desempenhos foram prejudicados pelos altos níveis de inadimplência. A partir de 1975, momento em que também passou a atender rendas mais altas — até cinco salários mínimos — sua produção aumentou significativamente, permanecendo elevada até início da década de 1980 (Santos, 1999). As Companhias de Habitação obtinham financiamentos do BNH apresentando projetos compatíveis com o alinhamento do banco e supervisionavam as construtoras conforme a política local.

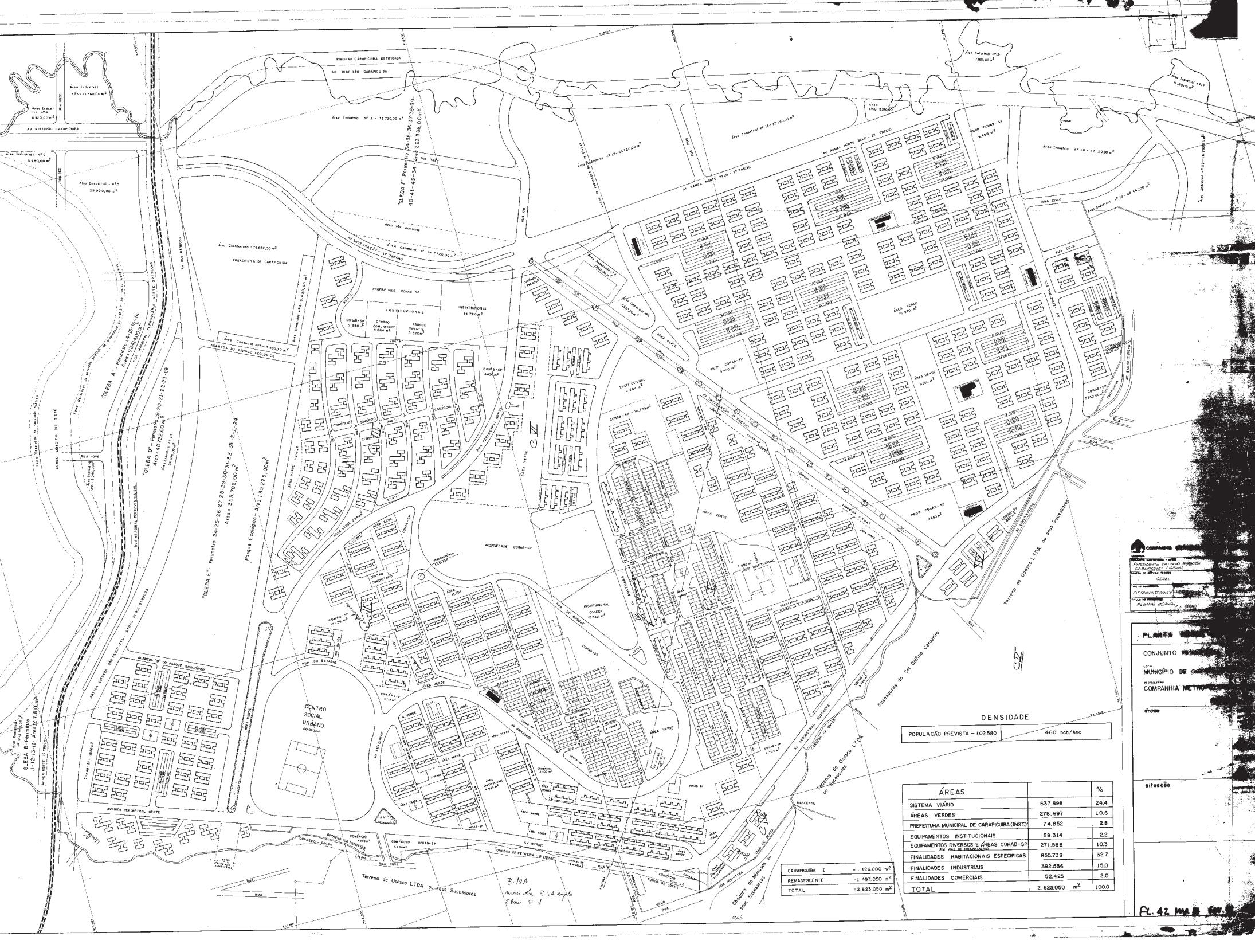
Em São Paulo, no ano de 1965 foi criada a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP).

Conforme previsto nos dispositivos da lei de criação da COHAB-SP, trata-se de uma companhia constituída nos termos da “Lei das Sociedades Anônimas de Economia Mista”, de capital público e privado. Mas embora subordinada ao Estado, o histórico de suas atividades caracterizam-na como uma empresa privada capitalista altamente lucrativa, gerando recursos próprios historicamente obtidos por meio de empréstimos do BNH que a transformou em **uma das maiores empresas do país no final da década de 1970** (Castilho, 2015, p.13).

Após a mudança para atendimento das faixas de renda até cinco salários mínimos, a COHAB-SP tornou-se uma das maiores empresas do país. A companhia investiu na construção de empreendimentos em escalas inéditas, destacando os

conjuntos da Zona Leste de São Paulo — o distrito Cidade Tiradentes abriga o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina, com cerca de 40 mil unidades habitacionais. No ano de 1972, o primeiro projeto de grandes dimensões da companhia é inaugurado em Carapicuíba, o Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco.





ÁREAS		%
SISTEMA VIÁRIO	637.898	24.4
ÁREAS VERDES	278.697	10.6
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUBA (INST.)	74.852	2.8
EQUIPAMENTOS INSTITUCIONAIS	59.314	2.2
EQUIPAMENTOS DIVERSOS E ÁREAS COMHAB-SP (INCLUI SE DE IMIGRAÇÃO)	271.588	10.3
FINALIDADES HABITACIONAIS ESPECÍFICAS	855.739	32.7
FINALIDADES INDUSTRIAS	392.536	15.0
FINALIDADES COMERCIAIS	52.425	2.0
TOTAL	2.623.050 m²	100.0

	CONCEPCION
ESTADO DE MEXICO	
PRESIDENTE CALLEJO BONILLA	
CARPINTERIA / GERAL	
DETALLO DE MATERIALES	
GERAL	
TIPO DE DOCUMENTO	DESEÑO TECNICO
DETALLE DE MATERIALES	PLANTAS GERALES

PLANTA
CONJUNTO
LOCAL
MUNICÍPIO DE
PROPRIÉTARIO
COMPANHIA NET

address

— 12 —



o conjunto habitacional presidente castelo branco

A oeste, acompanhando a via férrea, Osasco já constituía um importante centro industrial contíguo à capital, formando mancha contínua com os bairros do Butantã, Jaguara e Lapa. Observa-se como, recentemente, houve uma notável expansão mas para o Oeste com adensamento de Carapicuíba (**onde se construiu um dos maiores um dos dois maiores conjuntos habitacionais da COHAB, com 100 mil moradores**, estando o outro localizado em Itaquera) (SADER, 1988, p 135, grifo nosso).

O conjunto habitacional Presidente Castelo Branco da COHAB-SP é um dos maiores e mais densos produzidos pela companhia de habitação. Sua implantação, na então área rural da Fazenda Carapicuíba, provocou uma radical mudança no território, articulando-se muito fortemente com a própria consolidação e crescimento do município da Região Metropolitana de São Paulo. Apesar das significativas transformações na paisagem e na vida dos moradores do conjunto, os únicos estudos encontrados que foram produzidos acerca do conjunto são uma pesquisa referente a análises estruturais na pós ocupação do edifício, uma iniciação científica acerca da demolição de nove prédios, e um artigo que trata do histórico da Cohab de Carapicuíba¹⁵.

15 O conjunto, o primeiro de larga escala a ser construído pela companhia carece de maiores estudos, uma possibilidade interessante de pesquisa pode residir em como seu pioneirismo pode ter servido de experimentação, tanto técnica quanto social, para um modelo

Conforme apontam os dados do Censo Demográfico do IBGE e estimativa da Emplasa, o município de Carapicuíba detinha 17.690 habitantes no ano de 1960, passando a 54.873 e 185.816, nos anos de 1970 e 1980, respectivamente (Sader, 1988). Ou seja, entre a década de 1960 e início da década de 1980, o município passou a contar com uma população dez vezes maior e, entre 1970 e 1980 — período de implantação da maior parte do conjunto habitacional —, alcançou uma taxa de crescimento anual de 12,97%. Foi a segunda maior taxa de crescimento entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, perdendo apenas para o município de Embu, que apresentou taxa de crescimento de 18,10% entre as décadas de 1970 e 1980.

O conjunto ocupa uma área aproximada de 2.500.000 m², em um terreno acidentado. A implantação dos edifícios ocorreu entre os anos de 1972 e 1986, totalizando 14.366 unidades habitacionais, a maior escala de produção concentrou-se nos apartamentos, mas ainda houve a construção de sobrados e lotes, distribuídos conforme tabela abaixo:

que se repetiu em outras partes da metrópole.

SETOR	TIPO	UHs	ENTREGA	ASSINATURA DO CONTRATO	
0061 - 1 CH 1	APTO	816	1976	a partir de 07/1979	
0062 - I CH 2	CASA	322	1977		
0063 - I CH 3	APTO	1.296	1972		
0064 - I CH 4	CASA	532	1977		
0065 - I CH 5/ CH 6	APTO PEQUENO	1.248	1978		
0066 - I CH 5/ CH 6		624			
0067 - II		724	1978/1979		
0068 - III		1.424	03/1980	11/1981	
0069 - IV		468			
0151 - V A	APTO GRANDE	540	1981	a partir de 07/1981	
0152 - VI		448	11/1980	a partir de 11/1980	
		336			
0701	APTO MÉDIO	360	09/1982	09/1982	
0702	APTO MÉDIO	680	02 e 03/1983	a partir de 03/1983	
		2.360			
0703	APTO PEQUENO	1.260			
	APTO MÉDIO	600			
	APTO GRANDE	320			
0704	LOTE	2	09/1998	09/1998	
0705	LOTE	6	06/2008	06/2008	
TOTAL		14.366			

Distribuição das Unidades Habitacionais do Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco. Elaboração própria. Fonte: COHAB-SP, 2022

Osequipamentos sociais do conjunto foram implantados em data posterior à construção dos edifícios, sendo que a demora na utilização de áreas destinadas a usos institucionais, fez com que os próprios moradores as ocupassem com novos usos. Orsntein e Romero (1992) estimam que cerca de 55% da gleba total do conjunto, destinada inicialmente a centros comerciais, escolas, recreação e lazer passou a ser ocupada de forma irregular.

A construção do conjunto habitacional contou com a participação de oito construtoras diferentes. A maior preocupação na hora de eleger a empresa responsável pela obra era o preço, sempre direcionado à menos custosa, conforme relatado em entrevista¹⁶ com o técnico Gilberto, que trabalha a mais de 40 anos na COHAB-SP. O complexo habitacional adotou 9 tipologias construtivas diferentes, figurando como um verdadeiro laboratório de testes de processos construtivos. O alfabeto de "H's distribui-se pelo território conforme a topografia, dois blocos que compõem um condomínio frequentemente ocupam níveis diferentes, onde as escadarias conectam as duas porções. As palavras de Lefebvre para descrever os "pavilhões" parisienses ilustram esse contexto:

[...] é simplesmente o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível. Os novos conjuntos serão marcados por uma característica funcional e abstrata: o conceito do habitat levado à sua forma pura pela burocracia estatal (Lefebvre, 1969, p. 26).

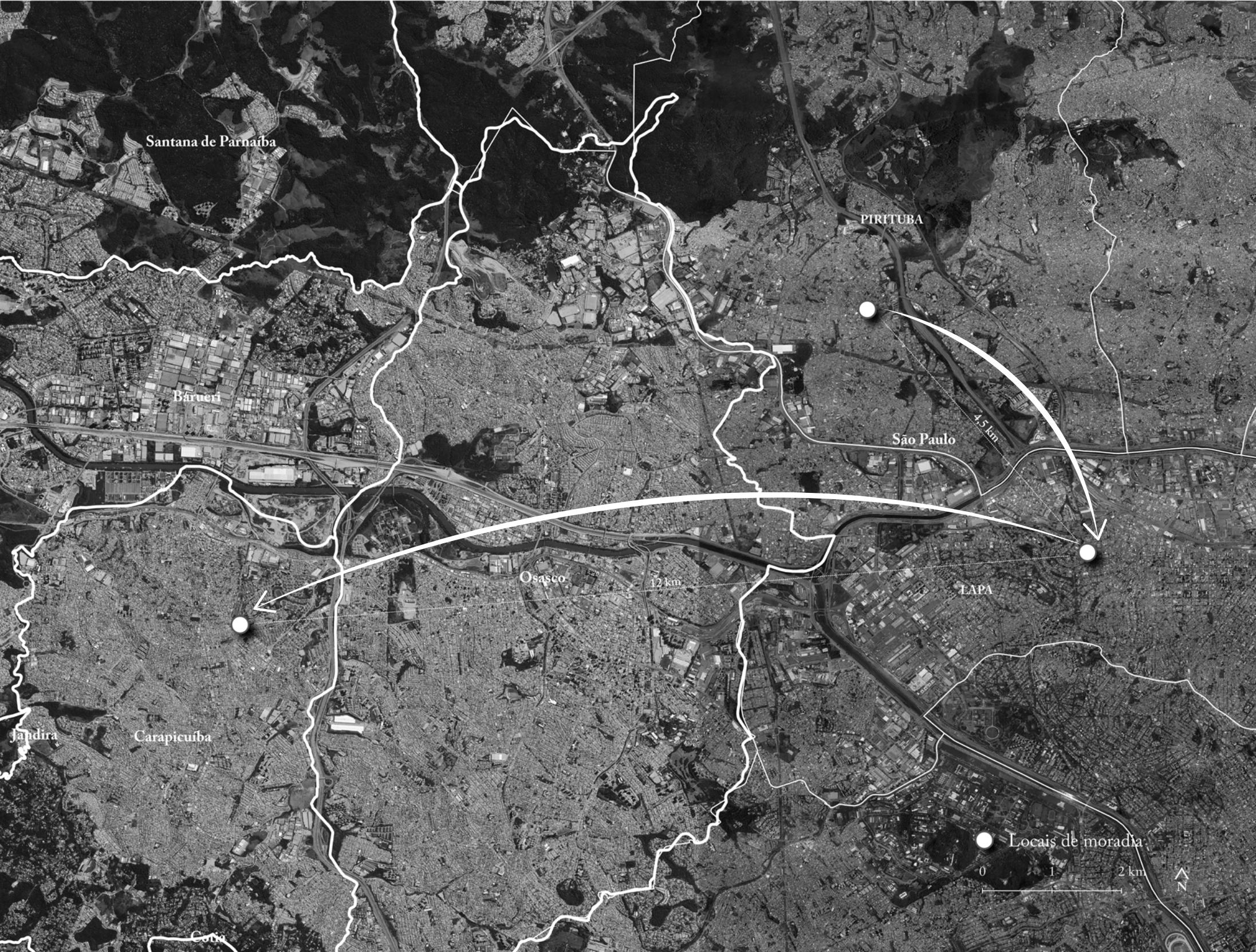
O técnico também revelou não gostar quando há demandas relacionadas à Cohab de Carapicuíba, porque os

16 Entrevista realizada em novembro de 2023 com o técnico Gilberto, que trabalha na divisão técnica de patrimônio da COHAB-SP.

desenhos são pouco detalhados. Nas implantações não há por vezes nem a indicação das tipologias adotadas nos edifícios e apartamentos, fundamentais a identificação das plantas e cortes do projeto. Ele alega que isso se deu, em grande medida, porque, na maioria das vezes, os desenhos eram feitos durante o andamento da construção ou após ela. Nos conjuntos habitacionais seguintes foram aprimorando o método, ao me mostrar a implantação da Cohab de Itaquera indicou uma série de detalhes técnicos ausentes nos desenhos do Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco.

2.2 as trabalhadoras chegam ao conjunto

Esta seção contém a segunda parte dos diálogos apresentados na seção "1.2 As trabalhadoras chegam à metrópole". Agora, os relatos concentram-se no período posterior à mudança ao Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco, com ênfase na forma de acesso ao programa habitacional, nos deslocamentos e no trabalho.



tia ana

Durante sua vida, morou em dois imóveis diferentes da Cohab de Carapicuíba. O primeiro apartamento foi adquirido na Cohab 2, enquanto o segundo, no qual vive até a atualidade, é um dos sobrados da companhia, também adquirido de um proprietário original.

Em 1980, o ano seguinte ao casamento de Tia Ana, sua mãe e suas irmãs Maria e Zezé mudaram-se de Pirituba para três apartamentos no Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco em Carapicuíba. Todas adquiriram os imóveis diretamente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, sendo proprietárias originais dos empreendimentos. No caso de sua mãe, já idosa, havia empecilhos para adquirir o imóvel. O primeiro deles era a própria idade: com 62 anos, não poderia acessar o financiamento de 25 anos do BNH. O segundo impedimento era o não enquadramento de sua renda, visto que ela nunca havia contado com trabalho remunerado. Para contornar a situação, o imóvel foi colocado no nome das duas filhas mais novas, Terezinha e Ditinha, que, na época, ainda moravam com a mãe.

Durante os cinco primeiros anos do matrimônio, Tia Ana e seu marido moraram no terreno dos sogros e foram guardando suas economias para adquirir a casa própria. Com a família de minha tia — que sempre representou uma rede de apoio e sobrevivência — vivendo no conjunto, lá pareceu uma boa opção. Entretanto, a companhia comercializou os imóveis da Cohab de Carapicuíba somente entre os anos de 1976 e 1983, e o casal conseguiu juntar dinheiro suficiente apenas no ano de 1985. A alternativa encontrada foi adquirir o imóvel de terceiros.

As proprietárias originais do apartamento térreo na

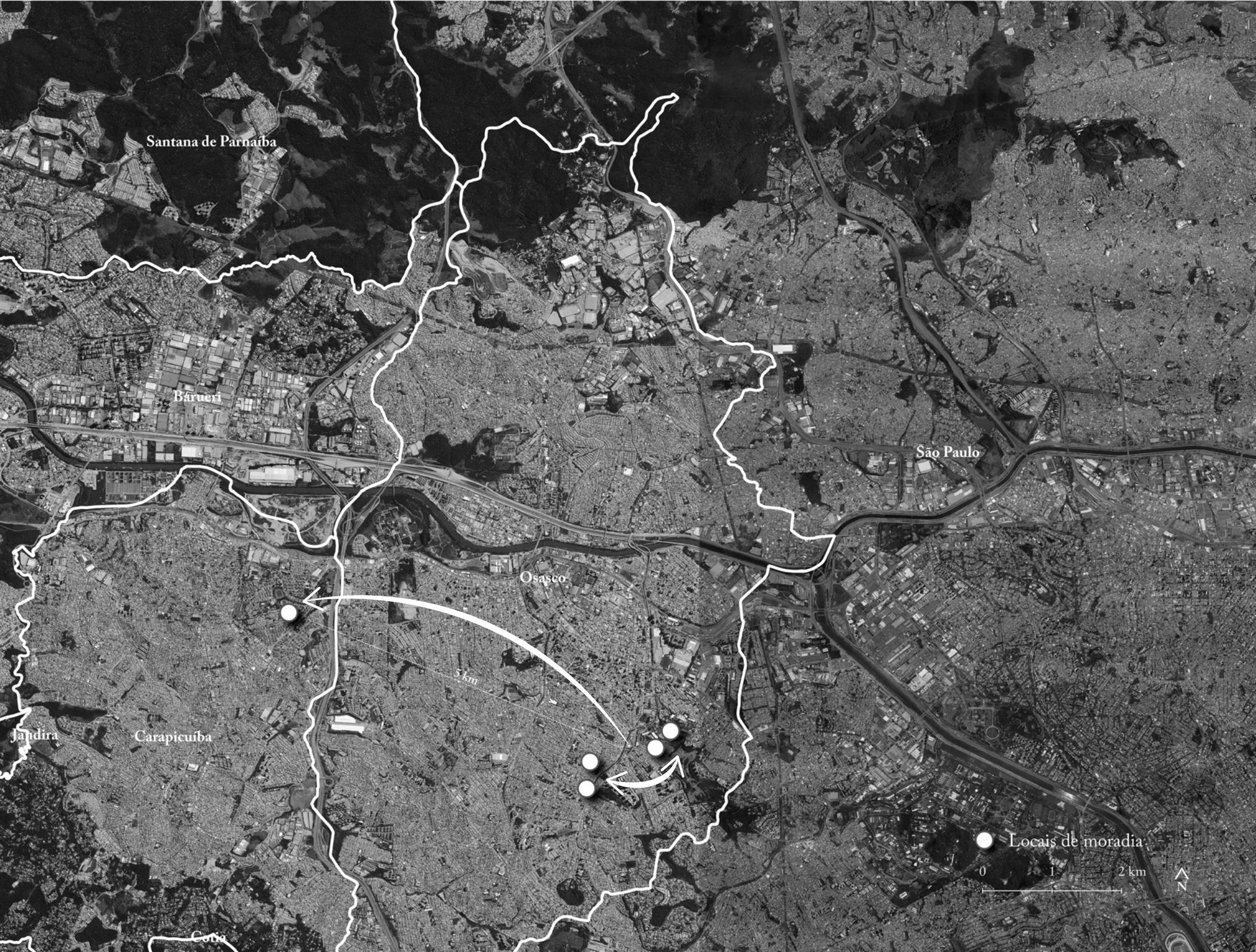
Cohab 2 eram duas irmãs, mas no condomínio vivia apenas uma delas, junto ao marido. Com a separação dos dois, decidiram vender o imóvel. O acordo feito entre as partes foi de pagar às proprietárias as parcelas já pagas por elas à COHAB — sete anos ao todo —, e pagar as parcelas restantes do financiamento à própria companhia; assim, firmaram um contrato de gaveta. Posteriormente, minha tia conseguiu transferir o imóvel para seu nome e regularizar a situação na COHAB¹⁷.

Ao longo dos anos, outros três irmãos de Tia Ana — Joaquim, Geraldo e Cida — também chegaram a comprar apartamentos nesse conjunto. Ou seja, com exceção do filho mais velho Zé Luiz, que morou boa parte da vida na região do ABC, todos os filhos da Bisa Catarina, em algum momento, moraram na Cohab de Carapicuíba.

Minha tia, que alimentava o sonho de morar em uma casa, anos mais tarde, quando já havia quitado a dívida da Cohab, vendeu seu apartamento e comprou um sobrado. Mudou-se em 2011 e lá mora até a atualidade. Sempre que tem algum dinheiro faz alguma melhoria no imóvel. A mudança mais radical foi a construção de um terceiro andar para comportar uma grande área de serviço, onde pode estender suas roupas mesmo nos dias de chuva. A edificação trata-se originalmente de uma casa produzida pela COHAB, mas, hoje, completamente transformada, assim como as edificações do entorno. Os sobrados vizinhos também passaram por ampliações e reformas, com alguns chegando a atingir quatro andares, altura máxima dos prédios construídos pela companhia

¹⁷ Não foi possível regularizar no momento da compra pois havia um tempo mínimo de permanência exigido aos proprietários originais.

no período. Na paisagem, a principal permanência da produção da década de 1970 ficou no traçado dos loteamentos.



ilda

Foi uma das primeiras moradoras do Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco, mudando-se em 1977. Vive até hoje no apartamento da Cohab 2, adquirido diretamente da companhia habitacional.

Ilda não conhecia ninguém que morasse na Cohab de Carapicuíba. Ficou sabendo dos apartamentos por meio de seu marido José, que, por sua vez, soube através dos colegas de trabalho na SiMAPI. Foi ele quem realizou a inscrição no programa habitacional da COHAB entre os anos de 1974 e 1975. Quando foram chamados, momento em que estavam construindo os prédios da Cohab 2, apenas o salário do esposo não atingia a renda necessária para entrar no financiamento do BNH. Então, Ilda, sem trabalho desde a demissão do supermercado Baleia, passou a trabalhar como auxiliar de limpeza no banco Bradesco, próximo à casa deles em Osasco. Assim, tendo os dois carteira assinada, conseguiram se enquadrar no financiamento do programa.

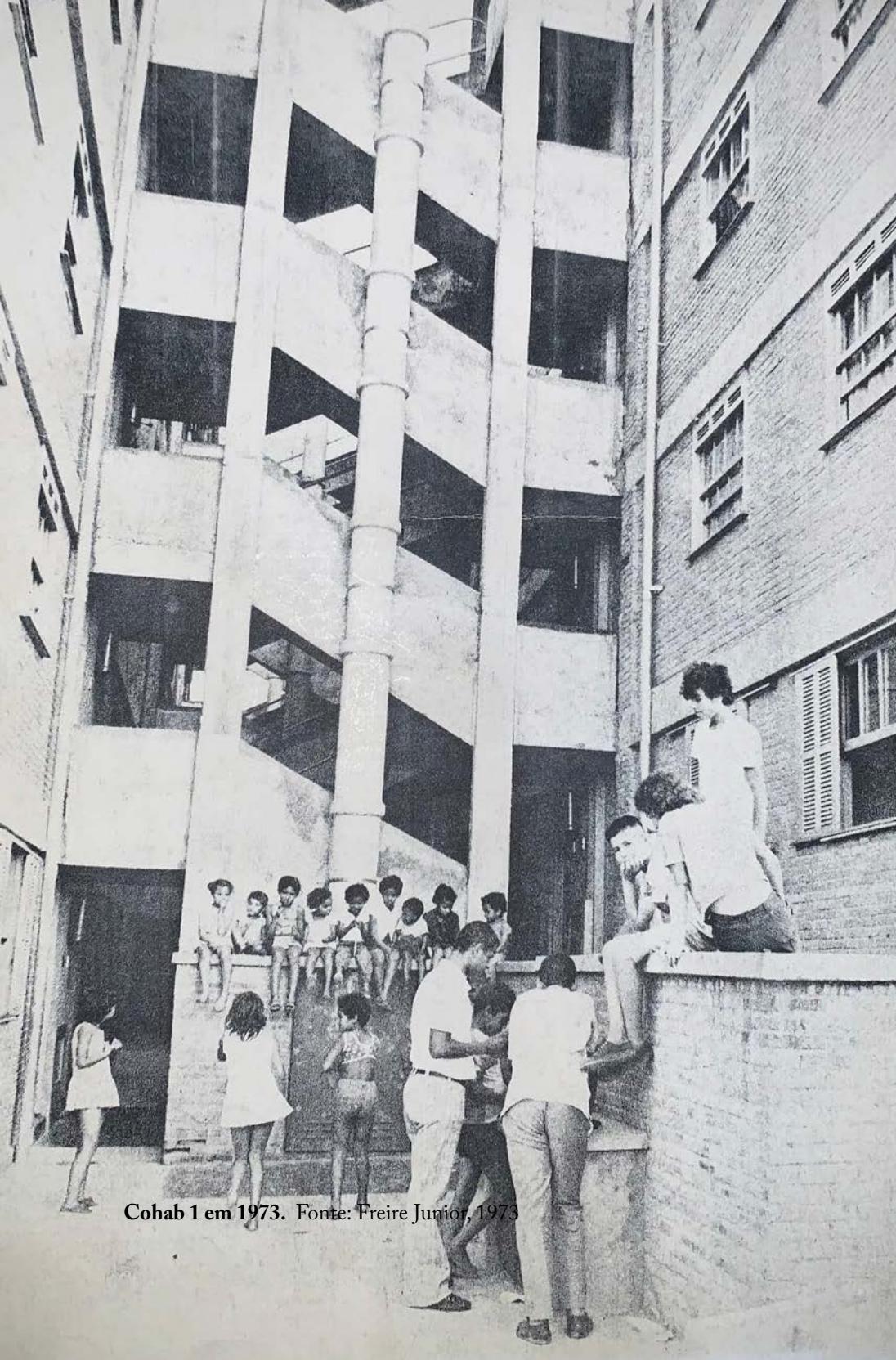
A escolha dos apartamentos e entrega das chaves era feita seguindo uma ordem determinada por meio de sorteio. José ia recorrentemente à COHAB na *cidade*¹⁸ checar a situação, até que voltou um dia avisando que foram sorteados. A primeira vez que visitaram o conjunto habitacional foi no momento de escolha dos imóveis. Como a maior parte dos proprietários já havia sido definida, sobraram poucos. Acabaram ficando com o último apartamento do prédio, no térreo — *todo mundo queria ficar em cima*, ninguém queria os apartamentos do térreo porque

Naquela época, fervia de criança; hoje, já não tem mais. Se você abrir a porta desse meu prédio hoje e olhar o dia inteiro, você não vê uma criança. Não tem mais jovem, mulher nem homem.



Ilda, amiga e Cláudio, com Cohab ao fundo.
Acervo pessoal.

18 Em referência à região onde se encontra o centro histórico de São Paulo.



Cohab 1 em 1973. Fonte: Freire Junior, 1973



Cohab 2 - edfício de Ilda, 2024. Acervo Pessoal.

Em 1977, Ilda, seu marido e seus três filhos — Paulo, Leni e Cláudio, com treze, doze e seis anos de idade, respectivamente — mudaram-se para Carapicuíba. Ao todo, 48 famílias passaram a morar em seu condomínio. Hoje, 47 anos depois, apenas seis dos moradores originais permanecem no prédio; alguns por motivo de falecimento, outros tendo vendido, com maioria dos apartamentos estando alugados.

Quando chegou, só havia os *prédios de tijolinhos* (em referência a Cohab 1) e alguns prédios da Cohab 2, que se erguiam em conjunto com os sobradinhos da companhia. As construções *de cima*, da Rua Niterói e de sua rua, Rio Branco, são as melhores em sua opinião.

O único ponto negativo é que você não pode pregar um prego nas paredes, porque são de concreto.

Seu marido faleceu em 1978, seis meses depois de se mudarem para Cohab. Estava empregada neste momento, recebendo um salário mínimo, e passou a fazer *malabarismos* com sua remuneração para dar conta das despesas. Foi atrás da COHAB para negociar a dívida do apartamento e explicar sua situação; e, em acordo com a companhia, o preço das parcelas foi dividido pela metade. Inicialmente, seriam, ao todo, 25 anos de pagamento das prestações; mas, durante o governo Collor, houve a oportunidade de saldar o financiamento. De acordo com ela, a maior parte dos moradores quitou a dívida com a COHAB nesse momento. À época, trabalhava na Forjaço junto de minha avó. As duas relembram que, para conseguir pagar as dívidas, trabalhavam aos sábados, domingos e feriados, e ainda ficavam *tristes* quando eram dispensadas do trabalho no feriado, pois deixariam de receber.

O pessoal fala muito do Collor, mas ele foi muito bom pra gente com esse negócio de perdoar a dívida¹⁹.

Em seu início, a Cohab de Carapicuíba não possuía a variedade de comércios e de serviços da qual dispõe e movimenta economicamente a região atualmente. Naquele momento, Ilda e sua filha Leni costumavam fazer compras no Carrefour da Raposo Tavares em Osasco, pois, por mais que houvesse muitas empresas na região, lá havia pouca oferta de supermercados. Com essa ausência, alguns comerciantes, que muitas vezes eram os próprios moradores, passaram a circular pelo conjunto com trailer e carros, vendendo leite, pão e outros alimentos básicos. Depois, nas áreas não edificadas, começaram a surgir as *vendinhas*. Não havia iluminação nas ruas, nem asfaltamento — *era tudo terra* —; não existia nenhuma linha de ônibus, os deslocamentos eram feitos a pé ou de trem²⁰. Em sua

19 Durante o conturbado governo Collor (1990-1992), o quadro de crise das políticas públicas na área de habitação se agravou, e foi marcado por mudanças superficiais no SFH (como a facilitação da quitação dos imóveis e a mudança no mecanismo de correção das prestações). Possivelmente Ilda se refere-se especificamente à medida tomada no segundo ano do governo: “Em 1991, foi facilitada a quitação da casa própria pela metade do saldo devedor, ou pagamento das mensalidades restantes, sem correção e juros. Normalmente a segunda opção de quitação foi a mais vantajosa, ocasionando, na prática, subsídios substanciais. Permitiu-se também o uso do FGTS para a quitação antecipada.” (Azevedo, 1995). Ou seja, trata-se apenas de uma das medidas econômicas adotadas nos dois anos de seu mandato, não sendo representativa do quadro geral do governo.

20 A estação da CPTM mais próxima do conjunto habitacional é a Estação General Miguel Costa, antiga estação Km 21, localizada no município vizinho de Osasco, a aproximadamente 1.700 metros da casa de Ilda.

opinião, a Cohab progrediu muito em relação àquele início.

Onde hoje é o campo de futebol, antes era um *matagal*, onde as crianças costumavam entrar para coletar argila dos barrancos. A baixada onde construíram os prédios de minha avó antes era *tudo mato*, ainda que, perto, houvesse a Vila Municipal, que o povo chamava de *favela*. Embora não houvesse tantos moradores ou movimento pelo conjunto, não tinha medo de andar pelas suas ruas.

Sua filha Leni começou estudando na escola Professora Didita Cardoso Alves, mas, com a chegada de cada vez mais famílias, as poucas escolas da região deixaram de comportar a demanda. Logo, terminou os estudos na escola Professor Manoel da Conceição Santos, construída alguns anos depois da mudança para o conjunto, voltada ao atendimento do contingente de novos alunos.

Assim, a Cohab foi crescendo, com novas escolas, mercados e equipamentos construídos nas áreas livres e institucionais. Um dos primeiros equipamentos novos foi o Centro Comunitário, onde também eram realizados os cultos da comunidade católica da região, da qual Ilda faz parte. Posteriormente, foi construída a Igreja São Paulo Apóstolo, localizada ao lado da sua casa, os padres que já atuavam na região interessaram-se no grande terreno e o disputaram com a Congregação Cristã.

Por morar no térreo, Ilda construiu alguns *puxadinhos*. Havia um barranco nos fundos de seu apartamento, onde o *pessoal jogava lixo*, e ela acabava gastando o final de semana limpando e capinando os fundos. Além disso, sentia que a janela dos fundos, voltada diretamente para a rua, também tirava a

privacidade — *as crianças costumavam bater na janela*. Então, decidiu transformar a abertura dessa janela, originalmente em madeira, em uma porta, e o fundo passou a ser a frente. A entrada de seu apartamento deixou de ser feita por dentro do condomínio e passou a ser feita direto pela rua. Se não houvesse um prédio inteiro acima da sala e dos quartos, a sensação seria de entrar em uma casa térrea.

Depois disso, a primeira modificação feita foi a construção do muro junto ao talude para evitar o acúmulo de lixo e trazer mais privacidade. Ao todo, as ampliações feitas por Ilda incluem uma garagem e uma cozinha, acrescidas de um quarto e um banheiro que ficam em uma área externa, formando quase uma segunda casa, para o seu filho mais novo. As novas construções, somadas, são maiores do que a área inicial do apartamento — um padrão que se reproduz entre os vizinhos. Além disso, com a ampliação da cozinha, a vizinha do pavimento superior construiu uma área de serviço em sua laje

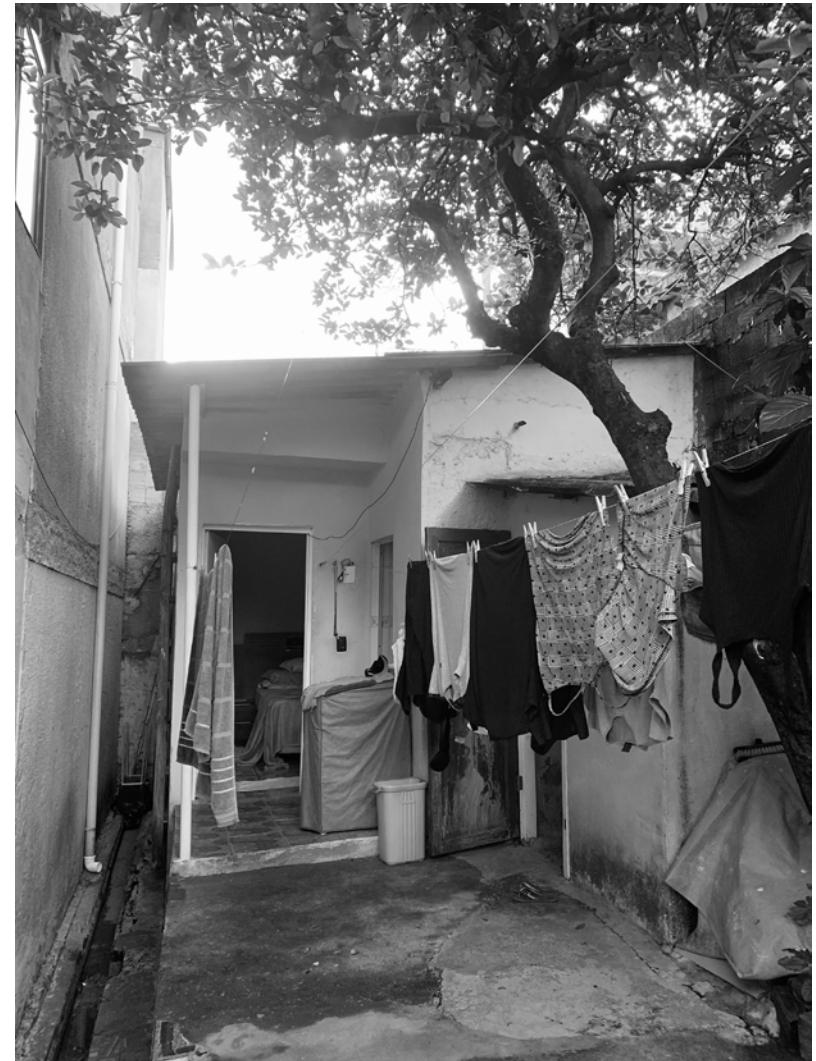
Por ter três filhos, a própria Cohab destinou a ela um apartamento com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e lavanderia. Durante o tempo em que os três filhos moravam na casa, ela dividiu a sala para criar mais um quarto. Quando Cláudio, o filho caçula, adquiriu um carro, ela ergueu a garagem, primeiro com um pé direito mais baixo e depois elevando-o. Depois, os vizinhos do mesmo pavimento aproveitaram o muro da garagem de Ilda e continuaram a subir garagens, até a casa da esquina. Hoje, boa parte delas funciona como comércio.



Antigo fundo do apartamento.
No elemento vazado, localizava-se a lavanderia.
Acervo pessoal.



Atual entrada da casa de Ilda.
Acervo pessoal.



Cômodo onde vive seu filho e a nora.
Acervo pessoal.



Corredor que leva a área externa da casa, onde fica o cômodo anexo.
Acervo pessoal.



Área de serviço da vizinha, construída acima de sua cozinha, no pavimento superior do edifício.
Acervo pessoal.

Além de refletirem o contexto familiar, as mudanças na casa acompanham as movimentações de Ilda também no mundo do trabalho, uma vez que esses *puxadinhos* eram custeados principalmente com a verba de rescisões. Aproximadamente 19 anos atrás, quando saiu da empresa Monatec, construiu a cozinha. Posteriormente, ao sair da LonaFlex, utilizou o dinheiro para abrir uma pizzaria na garagem. Já tinha saído da Leite Paulista e ido para Consuma quando sua vizinha do pavimento superior construiu a área de serviço acima de sua cozinha; o teto começou a envergar, então chamou um pedreiro para uma obra emergencial, que fez uma viga e pilares finos para reforçar a estrutura na sua extensão.

Banheiro e lavanderia, localizados lado a lado na planta original, foram separados. Hoje, a lavadeira integra-se à cozinha, e o banheiro passou por adaptações para facilitar a mobilidade de Ilda, com uma modificação no box e a instalação de corrimãos. *Tive privilégio de o prédio fazer lateral na rua*, diz em referência à ampliação que fez tanto na frente quanto na lateral do condomínio, onde há um quintal que abriga, além do quarto e banheiro do filho, uma árvore. Atualmente, moram no apartamento, além dela, o filho Paulo e um neto.

Quanto à inserção urbana da moradia, os locais frequentados pela família, para além dos locais de trabalho e das escolas de nível básico, eram distantes do conjunto habitacional. Durante um ano, quando cuidou da sogra que passava por um tratamento de câncer, Ilda deslocava-se frequentemente até o Hospital das Clínicas. Quando algum dos filhos acabava adoecendo, nas situações menos graves, Ilda era atendida pelos próprios médicos das empresas onde trabalhou, que, além de atenderem os demais funcionários, diversas vezes também prestavam atendimento aos seus filhos.

Quando trabalhava na Forjaço, Paulo completou 14 anos e ela conseguiu colocá-lo em um curso do SENAI²¹ Presidente Altino. Ele ia de manhã cedo e a Leni, com 12 anos, ficava cuidando do irmão mais novo de 6 anos. Anos mais tarde, Cláudio formou-se em outro curso técnico, no SENAI Vila Leopoldina. Para Ilda, o SENAI *foi uma maravilha*, porque tinha onde deixar os meninos no horário de trabalho. Também orgulha-se ao lembrar que, após finalizar o curso, rapidamente Cláudio conseguiu emprego na área.

Ao conversarmos sobre os trajetos até o trabalho e sobre seu cotidiano, os relatos de minha avó e Ilda complementam-se e fundem-se. Em mais de um momento, ambas trabalharam nas mesmas companhias.

Para deslocar-se até um dos trabalhos, Ilda recorda sair de casa correndo e pegar um ônibus para Osasco na estação Carapicuíba. Mesmo quando o circular passou a atender ao conjunto, a maioria das pessoas continuou a se deslocar a pé até a estação do Km 21 ou até a de Carapicuíba, por não ter dinheiro suficiente para mais uma passagem todos os dias. O trem *era do tipo sem porta*; vinha desde Amador Bueno — *do fundão* —, superlotado. *Era uma máquina velha*, e Ilda ia pendurada nas portas.

21 O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é criado através do Decreto-Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, fruto das reformas educacionais que aconteceram a partir da década de 1930. Naquele momento de crescente industrialização, houve a necessidade de capacitação técnica dos trabalhadores para ocuparem postos industriais. Além de buscar suprir a necessidade da formação de mão-de-obra, a instituição passa parte da responsabilidade da formação do trabalhador aos empresários, refletindo a aproximação da burguesia industrial com o Estado (Silva, 2010).

Parecia uma boiada. A gente era nova, estava forte. Nós éramos valentes.

À época, minha avó lembra-se de estar muito magra, com as roupas caindo do corpo. Ilda complementa: *Maria magrinha tinha força de gigante. Maria tinha mais força do que aqueles ajudantes, que adoravam escorar no serviço para Maria fazer.* Relembram o peso dos panelões, dos sacos de arroz e de feijão, e da panelada de carne — dois bifes por funcionário. Antes, não havia regulagem de alimento para os trabalhadores; apenas posteriormente passaram a controlar as quantidades servidas, tendo a proteína passado de uma média de 250g para algo em torno de 120g e 150g.

Em determinado momento, a Forjaço manteve apenas três funcionários na cozinha, recusando-se a contratar mais pessoas e sobrecarregando o trabalho. Quando Ilda lá trabalhava como auxiliar de cozinha, relembra que havia o quarto das panelas sujas, onde jogavam água quente com uma mangueira. Ela saia de lá encharcada, com muitas dores no corpo — *quando a gente trabalhava ganhava de qualquer homem, homem toda a vida escorou no trabalho.* Acredita ainda que foi o peso do trabalho que a *descadeirou*.

Nas firmas, trabalhavam muito além do horário registrado; quando pensavam que iam descansar, o encarregado aparecia com as pranchetas para marcar os turnos do final de semana. Dormiam muito pouco e trabalhavam muito, e o trabalho não terminava ao chegar em casa. Minha avó se recorda de colocar as roupas do varal da Cohab meia noite e, no outro dia, já levantava às quatro horas da manhã para trabalhar. Relacionam a quantidade de energia despendida no trabalho ao fato de serem *criadas na roça*, puxando arado, carroça e peso desde muito novas.

Além da exploração laboral e da espoliação urbana, uma vez estando no ambiente de trabalho, assédios eram recorrentes. Vinham tanto de outros funcionários quanto dos próprios chefes. Um dos chefes, por exemplo, ficava *encostando* nas funcionárias durante o trabalho; e outro indivíduo, apelidado por elas de *Espiga de Milho*, dizia: *se um dia eu conseguir te pegar, vou roer até seus ossos.* Ao conversarem na cozinha, colocavam apelidos nos homens e falavam em códigos para não serem compreendidas pelos demais.

A violência de gênero a qual estavam submetidas estendia-se também aos trajetos entre a casa e os trabalhos. Nos trens lotados, os homens ficavam *em cima* delas. Ilda relembra um dia em que sentiu *medo de morrer*: Discutiu com um homem que a estava assediando no trem, e o indivíduo falou para aqueles que o acompanhavam: *olha só! Ela achou ruim.* No vagão sem portas, esse grupo de homens a empurrou para cair fora do trem em movimento. Ela conseguiu se agarrar a um ferro, mas o homem a continuou pressionando. Estava desesperada, esperando chegar na próxima estação. Assim que o trem começou a frear o agressor a arremessou para a plataforma.

Também relembram casos de outras amigas. Uma vez, uma delas chegou chorando ao trabalho com a roupa suja de ejaculação de um assediador, foi direto ao banheiro e precisou voltar a trabalhar. *Você se lembra da Dona Santa?*, pergunta à minha avó. Antes de trabalhar na cozinha, Dona Santa trabalhava com costura no Brás, era de uma geração anterior à de minha avó e de Ilda. Ela relatava que o cenário era ainda pior, em que havia um grande contingente de mulheres que trabalhavam com costura no Brás e voltavam tarde para casa nos trens, e assim os homens se aproveitavam. Em dado

momento, estava sofrendo com um abusador recorrente em seu trajeto, e prometeu às colegas do trabalho revidar. Pegou um dos alfinetes *gigantes* da fábrica e guardou consigo para se defender; quando ele veio assediá-la no trem, sacou o objeto e perfurou a genitália dele, que saiu correndo ensanguentado do vagão.

Na maior parte dos anos em que trabalhou registrada, Ilda exerceu a função de auxiliar de cozinha. Entretanto, quando saiu da Forjaço, trabalhou por 11 anos no chão de fábrica da metalúrgica Lonaflex. No ramo de serviços de alimentos, além da Forbral, ainda ingressou inicialmente como temporária na Leite Paulista, localizada na região do Brás, onde trabalhou por mais três anos. Durante esse período, preferiu descer na estação Bresser-Mooca e caminhar por mais tempo a sair na estação Brás, por, assim, sentir-se mais segura em relação a assaltos e outras violências. Na sequência, entrou em seu último emprego antes de se aposentar, na Consuma, em Alphaville.



vó maria

Mudou-se para Cohab de Carapicuíba em fevereiro de 1980. Morou no conjunto por 35 anos, quando, em 2015, retornou para o município de Barueri, onde vive até a atualidade.

Minha avó ficou sabendo do conjunto habitacional Presidente Castelo Branco através de um vizinho em Barueri, que trabalhava na construção do conjunto. Foi ele quem a ajudou a participar do programa da Companhia Habitacional. No trabalho, sua amiga Ilda já morava na Cohab e também a encorajou a realizar a inscrição.

Eles eram meus amigos. Aí ele falou: "Maria, por que você não compra um apartamento na Cohab? Todo mundo tá comprando apartamento lá". Ele era construtor lá, ele era um... sei lá como é que fala... arquiteto da construção, sei lá. Ele falou: "tem uns apartamento bom". Falei: "ah, Sr. João, como que eu vou comprar?" Porque eu pensava que eu tava aqui, sendo tutora dos meninos... eu não conseguia. Ele falou, "não, você consegue rápido. Leva meu endereço, fala que você veio do Paraná com três crianças e mora na minha casa." [...] O pessoal era muito bom pra mim, que via que eu era mulher sozinha, criando três crianças, com dificuldade.

[...]

Aí ele virou, deu a conta de luz, deu endereço direitinho, nome dele certinho pra mim. Aí eu fui lá na COHAB, já fiz a inscrição lá. Aí logo já veio o chamado. Dentro de cinco meses me chamaram. E aí que eu não tinha dinheiro, porque daí eu já tava reformando a casa aqui. [...] Já tinha dado uma melhorada, eu já tava

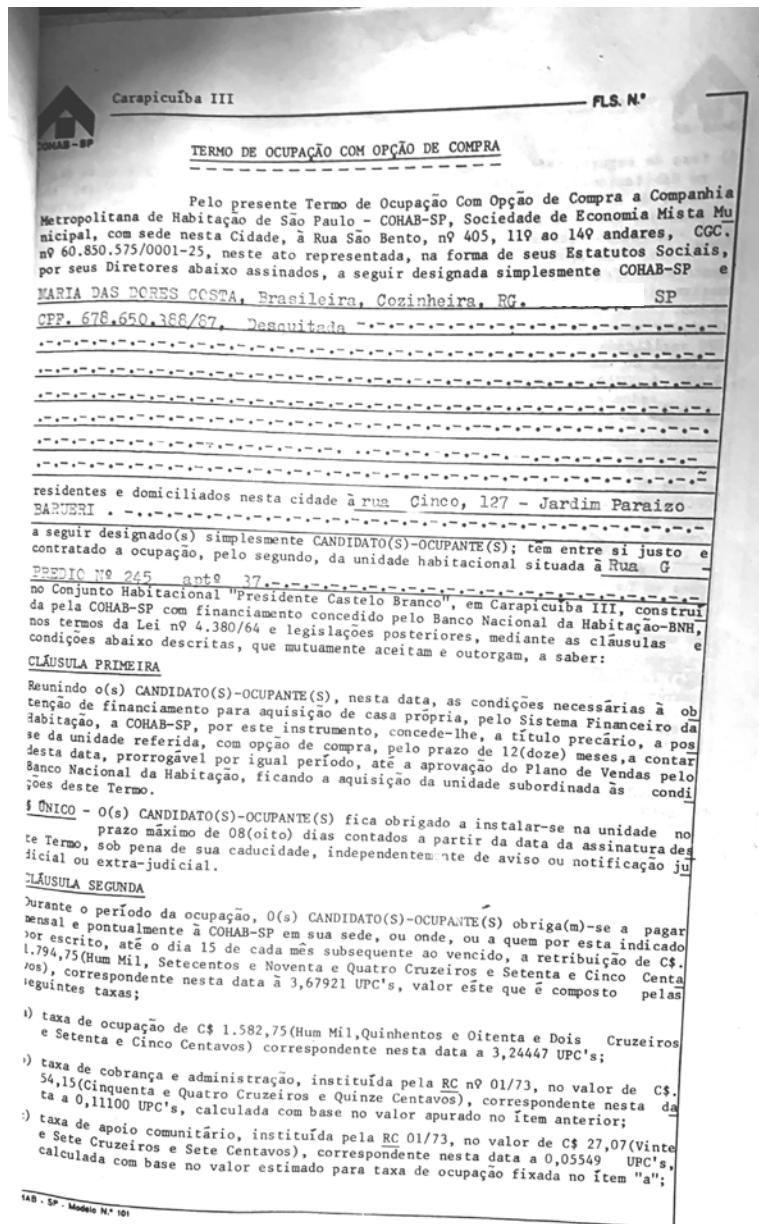
reformando. Aí falei "E agora, que eu não tenho dinheiro para ir?". Precisava de dois dias para comparecer lá na COHAB com o dinheiro. Aí, eu fui lá e disseram que eu precisava ganhar mais para poder tirar só no seu nome. Aí, vou eu lá atrás do Joaquim Maia, para pedir um papel, que ele dava pensão para sua mãe.

À época, o salário da minha avó não atingia o mínimo exigido pela COHAB. A primeira estratégia pensada para atingir a renda foi a de ir atrás de uma declaração de pensão de seu ex-marido para a filha caçula, minha mãe. O transtorno para conseguir a declaração de uma pensão não recebida e a retomada de contato com Joaquim a fizeram desistir do plano. Estava muito aflita com a possibilidade de perder o imóvel por não se enquadrar na renda exigida. No trabalho, falou com seu chefe, que a ajudou registrando um aumento em sua carteira de trabalho — mesmo que você não vá receber agora, eu coloco o aumento em sua carteira.

Após passar por esse processo, dois dias antes da data convocada para comparecer à COHAB, ela relata que ria e chorava no trabalho, e as pessoas perguntavam o porquê. Havia conseguido ser chamada e enquadrada no programa, mas precisava de 400 cruzeiros²² para as papeladas da contratação do imóvel e não possuía a quantia. O diretor do sindicato de Osasco, compadecendo-se da situação, emprestou o dinheiro. Ela pediu a ele que elaborasse uma carta promissória para três parcelas, com medo de a acusarem de ser sua amante.

Pouco tempo depois de pagar a documentação, recebeu a chave do apartamento. Só então ela foi conhecer o Conjunto

²² Corrigindo o valor a partir do IPCA, em 2024, equivaleria a aproximadamente R\$ 132,30.



Termo e ocupação com opção e compra. Acervo pessoal.

Habitacional Presidente Castelo Branco.

Hoje eu paro e falo, será que foi um sonho que aconteceu na minha vida? Eu consegui todas essas coisas e trabalhando, trabalhando feito doida, sábado e domingo trabalhando, e conseguia fazer todas essas coisas. Eu fiz curso lá no Brás, não sei nem onde é, pelo SENAI, pela Forjaço, pra poder ser chefe de cozinha.

Em fevereiro de 1980, mudaram-se para a Cohab. Com os cursos e as experiências adquiridas ao longo dos anos de trabalho, a situação financeira de minha avó foi estabilizando-se. O apartamento foi sua primeira moradia com acesso a rede de esgoto e com banheiro dentro de casa.

O condomínio de minha avó foi entregue com tijolos de cimento aparentes dentro e fora dos apartamentos. Inicialmente aberto em relação à rua, os moradores — pelo menos a partir do final do ano de 1982, conforme data das fotografias consultadas — já cercaram o condomínio, além de colocarem grades de ferro nas janelas. Ou seja, em um intervalo de tempo de dois anos, já ocorreram as primeiras intervenções para transformar as áreas públicas em privadas e tentativas de melhorar a segurança. Outras alterações ocorreram, por exemplo, devido a problemas constantes de infiltração, tendo o condomínio revestido o prédio com granilite; ou quando todas as famílias trocaram as esquadrias originais de madeira por alumínio.

A construção das garagens demorou certo tempo para começar, aproximadamente uns cinco anos. Primeiro os moradores colocavam uma cobertura de madeira, e depois começavam a fechar em alvenaria. Essas garagens, para além



O edifício de vó maria na Cohab 2 entre os anos de 1982 e 1983
 O prédio ainda não contava com revestimento, os tijolos são aparentes tanto na parte interna quanto externa dos apartamentos. Já estão colocadas as primeiras grades nas janelas. Acervo pessoal.

de abrigarem muitos carros, apresentam diferentes usos, funcionando também como comércios, salões de beleza, ateliê de costura e diversos outros. Os próprios condomínios se organizavam para a sua construção, avaliando preços e passando a ser incorporadas aos próprios condôminos.

Dentro de seu apartamento, Vó Maria fez benfeitorias ao longo do tempo e outras alterações conforme o núcleo familiar passava por transformações. Primeiro colocou piso; depois azulejou a cozinha, a área de serviço e o banheiro; e, por fim, revestiu, colocou gesso no teto, pintou as demais áreas do apartamento e trocou sua porta. O terceiro dormitório, previsto nas plantas da COHAB, na casa da minha avó sempre foi uma extensão da cozinha, que originalmente ocupava um espaço menor e era dividida com a lavanderia. Como minha avó sempre cozinhava para *todo mundo* e precisava de espaço para receber a família aos finais de semana, esse uso passou a ocupar dois cômodos.

O terceiro dormitório só existiu de fato durante o período em que os três filhos moraram na casa. Minha mãe, que dividia o quarto com minha avó, passou a ter um quarto só dela quando o companheiro de Vó Maria passou a morar na casa; então, a sala foi dividida ao meio com *drywalls*, criando o terceiro quarto. À época, o segundo dormitório era compartilhado pelos dois filhos homens. Quando minha mãe saiu de casa, a sala foi novamente ampliada e só voltou a ser utilizada como dormitório, desta vez sem a divisória, quando uma de minhas primas passou a morar com seu pai, meu tio, que também voltou a morar no apartamento durante um tempo após uma separação.

Minha avó, além de possuir uma extrema força

psicológica, também possui extrema força física, visto que seu trabalho exigia o carregamento de *panelas gigantescas* e o manuseio de ferramentas pesadas. O trabalho pesado deixou marcas visíveis e invisíveis em seu corpo. Quando mais nova, lembro-me de Vó Maria com os braços cheios de marcas de queimaduras resultantes do trabalho na cozinha.

Seu ofício acarretou em alguns acidentes e outros episódios relacionados a questões de saúde. Ela relembra alguns. Em uma ocasião, sofreu uma grave queimadura na mão e precisou ficar com o braço enfaixado por semanas, já voltando a trabalhar no dia seguinte ao acidente. De *tanto andar*, criou um esporão no pé que foi arrancado no próprio trabalho. Ademais, os movimentos repetitivos, mudanças abruptas de temperatura e o carregamento de muito peso ocasionaram um crescimento anormal do osso de seu cotovelo — *com panela quente e água fria, meu osso foi estufando* —, chegando a precisar realizar uma cirurgia para serrá-lo. Sua colega de trabalho, Dona Santa, foi a sua casa fazer comida e lavar as roupas durante a recuperação.

O trabalho era bastante dinâmico; trocavam de empregos de forma rápida. Quando saiu da Forjaço, quase chegou a trabalhar na Lonaflex, sendo dispensada de última hora. Entrou às pressas na Forbral, mas o salário de lá não dava conta das despesas, então ficou por apenas um ano, até ingressar em outra empresa do ramo de serviços alimentícios, e, pouco tempo depois, passou a trabalhar na White Martins. Vó Maria tinha o sonho de trabalhar na GR (GR Serviços de Alimentação), ficou na empresa por 26 anos — 16 antes de aposentar-se e mais 10 depois. Lá, prestou serviço para diferentes empresas, como o Banco Nacional em Alphaville, a Monange, e a Leite Paulista, onde ficou mais tempo.

CÓRTE DE JUSTIÇA E DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, COMARCA DE BARUERI

GR

A Palavra é da...

Maria, você é o exemplo que a gente procura. Maria das Dores, sua força é de todos.

**Maria das Dores:
A Força da Leite Paulista.**

O Espaço Aberto, nesta edição, entrevistou a Chef de Cozinha Maria das Dores Costa, 49, na Unidade Operacional da Leite Paulista. Nascida em Itajubá, em Minas Gerais, de onde saiu com 07 anos para o Paraná e depois aos 25 para São Paulo; conversar com Maria das Dores é descobrir uma mulher que lutou para, sozinha, criar três filhos com a força de seu trabalho - que pela paixão que nutre pela arte da cozinha, foi transformado em prazer.

EA - Sua paixão pela arte de cozinhar veio da infância?

Maria: Sim, desde pequena, quando minha mãe por um motivo qualquer não podia cozinhar, eu assumia o preparo das refeições para meu pai e 11 irmãos, e era sempre elogiada.

EA - Profissionalmente, onde e quando você começou?

Maria: Comecei no Frigorífico Bordon, com 26 anos de idade, como auxiliar de cozinha. Passei também pela Forjaço, Siemens e White Martins, entre outras.

EA - Como foi sua entrada na GR?

Maria: Na época, eu estava na White Martins como Chef de Cozinha e a empresa decidiu terceirizar o serviço, contratando então os serviços da GR. Fui transferida para outra unidade da White, no bairro da Pompeia, de onde me desliguei logo depois já que também optaram pela terceirização dos serviços. Apesar de convidada pela empresa contratada para fazer parte de seu quadro de funcionários, não aceitei. Já acalentava a vontade de trabalhar na GR, onde entrei logo depois.

EA - Há quanto tempo foi isso, em que Unidade começou?

Maria: Estou na GR há 04 anos, comecei como Chef de Cozinha na Unidade Banco Nacional em Alphaville.

EA - Como é o seu dia-a-dia na Leite Paulista?

Maria: Chego, todos os dias às 06h15, já que esta Unidade serve café da manhã, almoço, jantar e ceia, somando 1.800 refeições por dia. Tenho 35 pessoas na equipe trabalhando em turnos diferentes, quando saio às 16h30, deixo tudo preparado para o jantar e a ceia, com recomendações ao cozinheiro. Quando chego, na manhã seguinte, recebo um relatório completo de tudo.

EA - O cardápio é preparado por quem?

Maria: Por mim, pela Vanessa - Nutricionista e pela Denice - Supervisora. O cardápio é semanal, mas estamos sempre preocupadas em renovar alguns pratos, fazer sobre-mesas diferenciadas e tornar tudo o mais saboroso possível.

EA - O relacionamento entre você e a equipe é bom?

Maria: Maravilhoso, sou muito mais amiga do que chefe, com o devido respeito, tenho o hábito de mais pedir do que mandar. Procuro estar sempre próxima de cada um, já que se um problema incomoda alguém, o trabalho não será proveitoso. Isso me fez merecer o apelido de "mãezona".

Maria, força e sorriso para a equipe da Leite Paulista

gosto de ensinar tudo que sei e aprendi.

EA - É verdadeira a máxima popular que diz: Quem cozinha, enjona da comida que faz e não a come?

Maria: Para mim não, como tudo o que faço é com muito gosto. Desenvolvi o hábito de circular entre os comentários no horário das refeições para pesquisar se está tudo a contento e o que pode ser melhorado.

EA - Como você desfruta os momentos de lazer?

Maria: Sou uma pessoa extremamente doméstica. Pelo fato de ter lutado muito por eles, adoro estar com meus filhos, minha neto e mamãe. Adoro cozinhar inclusive em casa, onde posso criar pratos e fazer o que eles gostam. Quando posso, gosto muito de viajar.

EA - E o sonho da profissão, qual é?

Maria: Conhecer e aprender sobre cozinhas do mundo todo, seus temperos, segredos e principais pratos. Tenho vontade também, de conhecer a tecnologia avançada das cozinhas modernas.

EA - É satisfatório trabalhar para a GR?

Maria: Para mim é a melhor. Encontrei amigos, pessoas que me querem bem e incentivaram o meu crescimento profissional. Tudo é providenciado, os cursos e palestras são ótimos e tenho oportunidade de estar sempre aprendendo e superando qualquer dificuldade.

EA - Alguma coisa foi marcante para você aqui na GR?

Maria: Sim, quando fui mandada para a Unidade Lorenzetti tinha o desafio de organizar e deixar a cozinha em ordem, "um brinco". Depois de muita dedicação e trabalho, o resultado foi tão bom que recebi uma carta do Sr. Ferreirinha elogiando o meu desempenho e competência. Guardo como uma medalha.

3

Entrevista com Vó Maria para o jornal da GR. Acervo pessoal.

Neste período pós aposentadoria, relata que *saiu do lodo*. Entre os anos de trabalho, quando, uma vez, teve a oportunidade de trabalhar em um hotel para receber melhor, não pôde aceitar o emprego, pois precisaria trabalhar à noite, e não conseguiria conciliar a demanda com o cuidado dos três filhos. Além da intensa exploração no trabalho fora de casa, o trabalho doméstico acabava preenchendo o tempo restante.

E sua mãe, de pequena, espertinha, ela fazia tudo em casa. Ela e Claudinei, os dois, tomavam conta da casa. A gente trabalhava, sabe, quando eu ficava em casa, juntava eu e tua mãe para limpar a casa. Uma lavava e passava, aí a outra ia limpando a casa.

Ao perguntar sobre a vida dentro do espaço do conjunto habitacional, as memórias da minha avó, em geral, são muito positivas, indicando como a mudança da moradia foi um símbolo de conquista de uma vida de luta. Atribuo isso ao fato de a experiência de minha avó de coletividade no conjunto ser muito concentrada no espaço doméstico, durante o tempo livre que lhe restava — considerando que trabalhava inclusive aos finais de semana, e que ficava no apartamento cuidando de parte dos afazeres domésticos. Assim, a vivência no conjunto restringia-se muito particularmente ao apartamento e ao trajeto de ida e volta ao trabalho. Em contrapartida, ao conversar com minha mãe — que também vivia o conjunto nos momentos de estudo e de lazer, morando na Cohab durante parte de sua infância, toda sua adolescência e no início de sua vida adulta — sobre sua própria percepção, percebo que sua relação com a vida ali era bastante distinta.

Em relação a violência, minha mãe relata episódios dentro do colégio e no trajeto até a casa. Como minha avó trabalhava fora o dia inteiro, não havia ninguém para buscá-

la na escola, então, por segurança, voltava com a avó de uma de suas amigas. Quando a amiga faltava, ela e outras crianças organizavam-se em grandes grupos para andar a pé até suas casas.

Já quanto ao ensino, ela diz que, quando começou a estudar nas escolas da Cohab, já havia estudado o *mesmo conteúdo* na escola que frequentava antes em Barueri. E, mesmo entre as escolas do conjunto, a qualidade de ensino era muito diferente. Para conseguir uma vaga em uma escola melhor, havia um processo que demandava tempo e energia, os quais minha avó, assim como outras mães, não tinha — *eu, sozinha, trabalhando para fazer tudo, não tinha como ajudar eles em nada, não tinha ninguém para ajudar*.

No início, minha mãe estudou durante um ano na Quarta Escola, considerada por ela a pior do conjunto, e onde a maioria das crianças de sua idade eram alocadas em salas superlotadas. Quando inauguraram o Colégio Rebuá, minha mãe foi transferida, e lá estudou por mais três anos. A Escola Manoel, ou a Terceira Escola, uma das melhores e onde um de seus irmãos estudava, dificilmente aceitava novos alunos. Ela só conseguiu ingressar lá a partir da oitava série, estudando no período noturno e trabalhando durante o dia. Tanto a conciliação com o emprego quanto o próprio atraso pedagógico das escolas anteriores fizeram com que ela repetisse duas vezes o primeiro ano do ensino médio no novo colégio. Terminou o ensino básico no supletivo da Escola Jegue, localizada em Osasco, onde, anos mais tarde, minha avó também frequentou por um tempo o programa de Educação para Jovens e Adultos.

3.
A vida
possível



considerações finais

Entre as décadas de 1960 e 1980, o processo de crescimento urbano de São Paulo ocorreu de forma rápida, intensa e desigual, atraindo trabalhadores de todas as partes do país ao centro econômico. Em meio a essa massa, as histórias de vida das nossas interlocutoras — misturadas e sobrepostas — trazem uma nova perspectiva à transição do campo para a cidade. Apesar do crescimento exponencial, em busca de melhores condições de vida e oportunidades econômicas, a movimentação das trabalhadoras não se deu de maneira linear, mas sim através de idas e vindas, influenciadas por ciclos econômicos e, ao nível pessoal, de decisões familiares predominantemente masculinas.

Devido à exploração intensiva da mão de obra, a vida no campo foi tornando-se cada vez mais insustentável. Ao mesmo tempo que o Estado influenciava a modernização da produção nas cidades nos ciclos de industrialização, optava pelo atraso no campo. Ainda que pressionadas a sair dos locais de origem, antes de migrarem para a cidade, as famílias, em busca de melhores condições de vida, migraram para outras áreas rurais. Conforme exposto nos relatos, tanto minha família quanto a de Ilda migraram de Minas Gerais ao Paraná em um primeiro momento.

São Paulo, com suas promessas de emprego nas zonas industriais, as atraiu para as regiões de Pirituba e Osasco. Apesar das condições de moradia precárias e da distância dos serviços básicos encontradas na cidade, no campo sequer havia algum equipamento de saúde. Os tratamentos eram em grande medida realizados através de conhecimentos populares

e, em casos mais graves, havia a necessidade de deslocamento até alguma cidade pequena mais próxima. Ademais, ainda que a segurança alimentar não fosse garantida, a mudança para a capital possibilitou alguma diversificação na alimentação em relação à miséria vivida no campo.

O ponto de virada ocorre nos anos de 1968 e 1969, início do período mais violento da ditadura civil-militar. Neste momento, elas migraram para a cidade, mas é como se estes eventos não as alcançassem. Mesmo inseridas no contexto de autoritarismo e repressão, o tema não é abordado diretamente por nenhuma delas. No mesmo ano do golpe, o serviço militar passou a ser obrigatório, e foi para servir o exército de maneira compulsória que seus irmãos foram os primeiros a moverem-se à capital. Com o fim desta obrigatoriedade, o trabalho nas fábricas e indústrias locais os manteve na cidade. No caso de minha tia, a casa do irmão mais velho foi o primeiro lugar de abrigo de sua família ao migrarem para São Paulo. Na ausência de assistência estatal adequada, as redes de sobrevivência baseadas em núcleos familiares e de amigos desempenhavam um papel crucial, oferecendo algum tipo de suporte.

Além das casas ocupadas pelas famílias serem pequenas e não contarem com boas condições de habitabilidade, São Paulo já reunia maior número de domicílios próprios do que voltados ao aluguel. A baixa oferta de aluguel, em conjunto com a instabilidade econômica das famílias, acarretou sucessivas mudanças dentro do mesmo bairro, em um curto período de tempo. Nos primeiros anos tanto em Pirituba quanto em Osasco, cada uma das três interlocutoras viveu em pelo menos quatro casas de aluguel diferentes. A casa de minha bisavó, onde Tia Ana morava, era a mais apertada para o volume de integrantes. Em determinado momento chegou a ter seis

pessoas dividindo um único cômodo, enquanto a média no ano de 1970 para a Região Metropolitana de São Paulo era de 2,6 moradores por dormitório — número que chega a ser superior à média dos cortiços no mesmo período — 3,6 pessoas por cômodo (Camargo et al, 1976). Na falta de privacidade nesses espaços limitados, os móveis e eletrodomésticos também assumiam a função de divisórias improvisadas.

Nos primeiros anos da migração a precariedade parece concentrar-se mais nas condições da habitação do que na cidade. Nessa fase, as três interlocutoras moravam próximas aos locais de trabalho, passaram a ter acesso a energia elétrica, iluminação pública e água encanada, primeiro provenientes de poços artesianos e posteriormente da rede pública, entretanto, não contavam com acesso a rede de esgoto. Ainda assim, comparativamente às condições encontradas na zona rural, representou significativa melhora.

O grande contingente de trabalhadores à disposição da indústria, proporciona uma rápida substituição da mão de obra. À escala da vida das trabalhadoras, esse processo é traduzido nas falas por mudanças frequentes de emprego e piores condições de trabalho. Os baixos salários também forçam mais integrantes do núcleo familiar a ingressar no mercado de trabalho para garantir o mínimo à família, isso inclui o trabalho infantil, conforme ilustra a passagem de Tia Ana pela manufatura de tapeçarias. Apesar da predominância do trabalho com baixo nível de qualificação exigido, quando acessam a educação profissionalizante ela se dá por meio de cursos técnicos. Tanto minha avó, durante os anos de trabalho, pôde passar a atuar como cozinheira e mestre cuca através de cursos do SENAI — garantindo incrementos salariais — quanto os filhos de Ilda estudaram na mesma instituição com

o objetivo de ingressar com menos dificuldade no mercado de trabalho.

Todas as interlocutoras começam a trabalhar fora de casa por meio do trabalho doméstico, em casas de vizinhos e conhecidos. O ingresso no mundo do trabalho se dá como uma extensão do trabalho doméstico e é movido por desejos e necessidades da própria domesticidade — da aquisição de móveis e eletrodomésticos até o acesso à moradia. Quando passam a trabalhar nas indústrias, ocupam-se principalmente com serviços de alimentação e limpeza. Depois de assumirem empregos assalariados, as mulheres seguem responsáveis pelo trabalho doméstico. A dupla jornada não só evidencia a superexploração sob esses corpos, mas também coloca em evidência como o trabalho não remunerado realizado em casa sustenta o sistema econômico dominante. Ademais, a “feminização” de certas atividades produtivas — caracterizada pela entrada massiva das mulheres em setores como serviços e cuidados — aumenta a mais valia com os ainda mais baixos salários pagos a elas, barateando os custos da produção.

Para além da violência presente na exploração dos corpos femininos, elas ainda estão sujeitas a outras camadas de opressão. Essas questões afetam desde o ambiente doméstico até o mercado de trabalho. No contexto doméstico, as mulheres frequentemente enfrentam desafios significativos, onde suas decisões muitas vezes são subjugadas pelas dos homens. Nas narrativas, o próprio ingresso no trabalho foi dificultado pelo ex marido de minha avó. O assédio sexual no local de trabalho e transporte ocorriam com frequência, sem mecanismos que garantissem qualquer tipo de proteção das mulheres.

Dados estatísticos sobre o emprego das mulheres, tanto

no mercado formal quanto informal, já dão pistas da realidade opressiva enfrentada por elas. Entretanto, apenas uma análise qualitativa mais profunda consegue revelar as camadas de discriminação e violência diretas enfrentadas pelas mulheres. O cotidiano opressivo vivido por elas, nos revela também como uma dificuldade para ingresso no mercado de trabalho formal.

As próprias relações conjugais operam nessas relações. No geral, antes e durante o casamento não contavam com autonomia para decidir o próprio futuro. A decisão de se mudar para a cidade, trabalhar fora ou ter filhos são questões que não cabem a elas, até a data do casamento pode ser uma surpresa. Se por um lado o trabalho fora de casa acarreta no aumento dos níveis de maior exploração, foi o trabalho assalariado que permitiu à minha avó a emancipação de um marido violento, além de a ter colocado em contato com outras mulheres, que influenciaram reflexões acerca da sua própria realidade.

Além dos processos espoliativos urbanos retratados por Kowarick (1979), os corpos femininos estão sujeitos a outras espoliações. O despejo de minha avó após a separação de seu marido, mesmo com um trabalho registrado que poderia comprovar sua renda, revela uma delas. Trata-se de uma qualificação dos processos espoliativos, adicionando a camada de gênero. Se os trens superlotados são retratados como uma das faces da espoliação urbana nos textos e imagens do livro de Kowarick, para as mulheres, também tornam-se espaços de opressão.

Não obstante, são sujeitas ativas desses processos. As violências de gênero extremamente recorrentes não são recebidas sem resistência, vemos isso em diversas passagens. Nos episódios de assédio no trabalho e no transporte relatados

por Ilda, ela defende-se com os recursos possíveis no cenário de insegurança. Ainda que submetidas ao dobro da exploração, no mercado de trabalho as mulheres estão em contato entre si e encontram a ajuda necessária para que desenvolvam autonomia sobre sua própria trajetória. Através do trabalho, também alcançam os recursos para a aquisição da casa própria que lhes garante algum tipo de estabilidade.

Neste contexto, a política habitacional nos moldes do BNH e implementada durante o regime militar, visava dar um novo status à classe trabalhadora através da ascensão da propriedade. No entanto, essa aparente melhoria muitas vezes mascarava condições insustentáveis e um planejamento urbano que não considerava adequadamente as necessidades humanas e sociais. Os conjuntos habitacionais, embora representassem um avanço em relação às condições de habitabilidade anteriores — primeira casa a contar com banheiro no espaço interno e acesso a rede de esgoto, além de maior espaço em relação aos loteamentos periféricos habitados anteriormente —, frequentemente careciam de infraestrutura básica, como iluminação pública e pavimentação. A experiência das moradoras da Cohab, ilustradas pelas histórias de Tia Ana, Ilda e Vó Maria, revelam as complexidades e contradições desse processo. A busca pela casa própria era menos sobre a qualidade dos apartamentos oferecidos pela companhia e mais sobre escapar das condições de miséria urbana pré-existentes.

Embora uma das principais críticas ao BNH seja a proporção significativa de financiamentos habitacionais destinada à parcela de renda mais alta, observa-se que mesmo após a mudança na política das COHABs para atender faixas de renda mais elevadas, as trabalhadoras encontraram diferentes estratégias para acessar o modelo habitacional.

Tia Ana comprou um imóvel em nome de duas irmãs, as proprietárias originais; Ilda retornou ao trabalho com carteira assinada para complementar a renda do marido e, após seu falecimento, renegociou a dívida com a COHAB; e Vó Maria conseguiu alterar o valor do seu salário registrado em carteira com o apoio do seu chefe. Seja modificando a documentação exigida, combinando rendas de múltiplos núcleos familiares ou adquirindo apartamentos de outros proprietários originais, o fato é que nenhuma delas se enquadrava na faixa de renda exigida pela companhia habitacional.

A variação nas técnicas construtivas da Cohab de Carapicuíba, mostra o caráter de canteiro experimental, em que ficava a cargo das construtoras decidir qual técnica utilizar. Enquanto Ilda não conseguia pregar um prego nas paredes de concreto, uma de minhas tias precisou deixar o apartamento por um tempo para a realização de uma reforma nas fundações do condomínio que começaram a *rachar o prédio*; e um outro tio teve de evacuar o prédio em que morava, porque a construtora utilizou gesso nas paredes de vedação do prédio que começou a se deteriorar em pouco tempo²³.

O acesso ao conjunto não significou o fim do processo de urbanização periférico, tanto pela sua própria localização quanto pelas formas deles derivadas. Nesse sentido, entendo que receberam a casa, mas perderam a cidade. A ausência da vida urbana nos períodos iniciais do conjunto estimulou as famílias a autoconstruírem nas áreas livres e institucionais do projeto, tanto para a ampliação de seus apartamentos, retratado

23 Este evento resultou da demolição de nove edifícios do conjunto habitacional, o que na época foi retratado nos jornais como a maior demolição de edificações habitacionais do mundo.

no caso da Ilda, quanto nas garagens para possibilitar maior variedade de usos, antes predominantemente habitacional.

Nesse sentido, as possíveis ausências do conjunto habitacional não são falhas concretas de um ideal urbanístico a ser corrigido, mas sim um projeto de habitat (Lefebvre, 2008), um projeto de ausências, de urbanização de uma parte da cidade que, ao mesmo tempo, atuava para desurbanizá-la. Afinal, na cidade-dormitório, o que restaria do trabalho? O dormir? É preciso demonstrar que, embora o espaço concebido tenha sido planejado para a dominação da vida cotidiana, no sentido de produzir a separação violenta pela distância e pelos tempos compulsórios entre trabalho e lazer, entre trabalho e vida familiar, entre trabalho e desejo etc., há, como contradição dessas cisões radicais, a sobrevivência de experiências não redutíveis à separação e, ainda, muito menos ao ato de dormir (Freitas, 2021, p. 169-170).

Em suma, os processos abordados neste trabalho revelam sobre as duras condições de vida movidas pelas desigualdades, exacerbadas no período da explosão urbana de São Paulo. A migração das trabalhadoras rurais para os centros urbanos ocorre em menor medida devido à qualidade de vida melhorada na cidade e em maior medida devido às condições insustentáveis no campo. Quando se mudam para conjuntos habitacionais, não é pela boa qualidade desses locais, mas pela miséria enfrentada nas áreas urbanas e pela segurança oferecida pela propriedade — direito inviolável e quase sagrado no Brasil. O modelo de desenvolvimento, benéfico a alguns, força os trabalhadores a se deslocarem e se alojarem onde for possível, em busca de alguma melhoria, embora não necessariamente

para lugares efetivamente melhores. O capital deixa o mínimo para a classe trabalhadora, molda suas políticas e busca aceitação na sociedade ao manter o poder, valendo-se de um discurso que supostamente resolve problemas sociais, mas que na verdade mascara novos mecanismos de acumulação de renda.

O presente trabalho fala da vida possível, impulsionada pela busca por condições dignas, pela busca da sobrevivência. A vida possível se adapta conforme a necessidade ditada pelas circunstâncias.

referências bibliográficas

ALMEIDA. Leandro A. de. **A COHAB de Carapicuíba, sua implantação e mudanças: notas para uma pesquisa histórica.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia (ASBRAP), nº 14, p. 79-108, 2008. Disponível em: https://www.asbrap.org.br/artigos/rev14_art7.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

AZEVEDO, S. **O desempenho do poder público na área habitacional: um breve retrospecto.** In: Déficit habitacional no Brasil. — Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=47940&codUsuario=0>. Acesso em: 29 março 2024.

BOTEGA, Leonardo da R.. **De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil.** Espaço Plural, Ano VIII, nº 17, p. 65-72, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944359008.pdf>. Acesso em: 28 março 2024.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema.** In: MARICATO, Ermínia (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1982, p. 37-70.

BORTOLUCI, José H.. **O que é meu.** São Paulo: Fósforo, 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.** Institui a

correção monetária nos contratos imobiliários, dispõe sobre os empréstimos e financiamentos para aquisição da casa própria, institui a correção monetária dos valores reais das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 ago. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14380.htm. Acesso em: 22 jun. 2024.

CAMARGO et al, Cândido P. F. de (orgs). **São Paulo, 1975: crescimento e pobreza.** São Paulo: Loyola, 1976.

CASTILHO, Edimilsom. **A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP): o principal agente da política de habitação popular da ditadura militar brasileira (1964-1985).** Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434419770_ARQUIVO_Artigo_Edimilsom_Castilho_Simposio_Nacional_ANPUH_2016.pdf.

CASTILHO, Edimilsom. **A contribuição da habitação popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998).** 2015. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. **Para a questão da habitação.** Tradução: João Pedro Gomes. Lisboa: Avante, 1984.

ERNAUX, Annie. **Os anos [2008].** São Paulo: Fósforo, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta Feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FIX, Mariana.; ARANTES, Pedro. F. **On urban studies in Brazil: The favela, uneven urbanisation and beyond.** Urban Studies, v.59, n.5, p.893-916, 2022.

FREITAS, Carolina A. de O.. **Mulheres e periferias como fronteiras: o tempo-espacó das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio.** São Paulo: FAUUSP, 2021 (Coleção Caramelo). 280 p.

FREIRE JUNIOR, Deodato De. **Espaço no Conjunto Habitacional Carapicuíba.** São Paulo FAU, 1973.

FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-”Milagre”.** 7^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil.** São Paulo: Alfa Omega, 1982.

MARICATO, Ermínia. **A política habitacional durante o regime militar.** Petrópolis: Vozes, 1987. p.85.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista [1972] e O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ORSNTEIN, Sheila Walbe & ROMERO, Marcelo de Andrade [Coord.] **Avaliação pós-ocupação: conjunto habitacional pres. castelo branco /** São Paulo: Cohab/ Fupam/Fau-Usp/Cef, 1992, 6 v.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Macro indicadores de infra-estrutura econômica e social da zona oeste da região metropolitana de São Paulo: o caso do Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco – Carapicuíba.** Anais São Paulo: Uncrd/Fauusp/Fupam, 1992, v.1 p.75-86.

PEREIRA, P. C. X. (org). **Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI.** São Paulo: FAU USP, 2018.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Cláudio H. M.. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998.** 1999. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). TEXTO PARA DISCUSSÃO No. 654. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2814/1/td_0654.pdf. Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

SILVA, Luciano P. da.. **Formação profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.** Revista História (São Paulo). Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/TNb6QN6cW3XMGDQtndX9dNw/?lang=pt>. Acesso em: 15 abril de 2024.

VIANA, Larissa de Alcantara. **Chão, pó, poeira: a produção social do espaço a partir de ocupações recentes na cidade de São Paulo.** 2020. Tese (Doutorado em Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

referências audiovisuais

COHAB-SP. Acervo interno da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo Cohab-SP. 2024

1991 - CURIOSIDADE: EM CARAPICUÍBA A MAIOR IMPLOSÃO DO MUNDO EM NÚMERO DE PRÉDIOS. TV MANCHETE. São Paulo: 2022 [1991]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I5519gwYm2I>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2dijyf496Hw>. Acesso em: 10 jun. 2024.

A Implosão de Prédios em Carapicuiba-SP. 2010. Cohab de Carapicuiba Implosão dos prédios da Cohab em 1991. JORNAL NACIONAL. São Paulo: 2020 [1991]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=17KGIgd4tgA>. Acesso em: 10 jun. 2024.

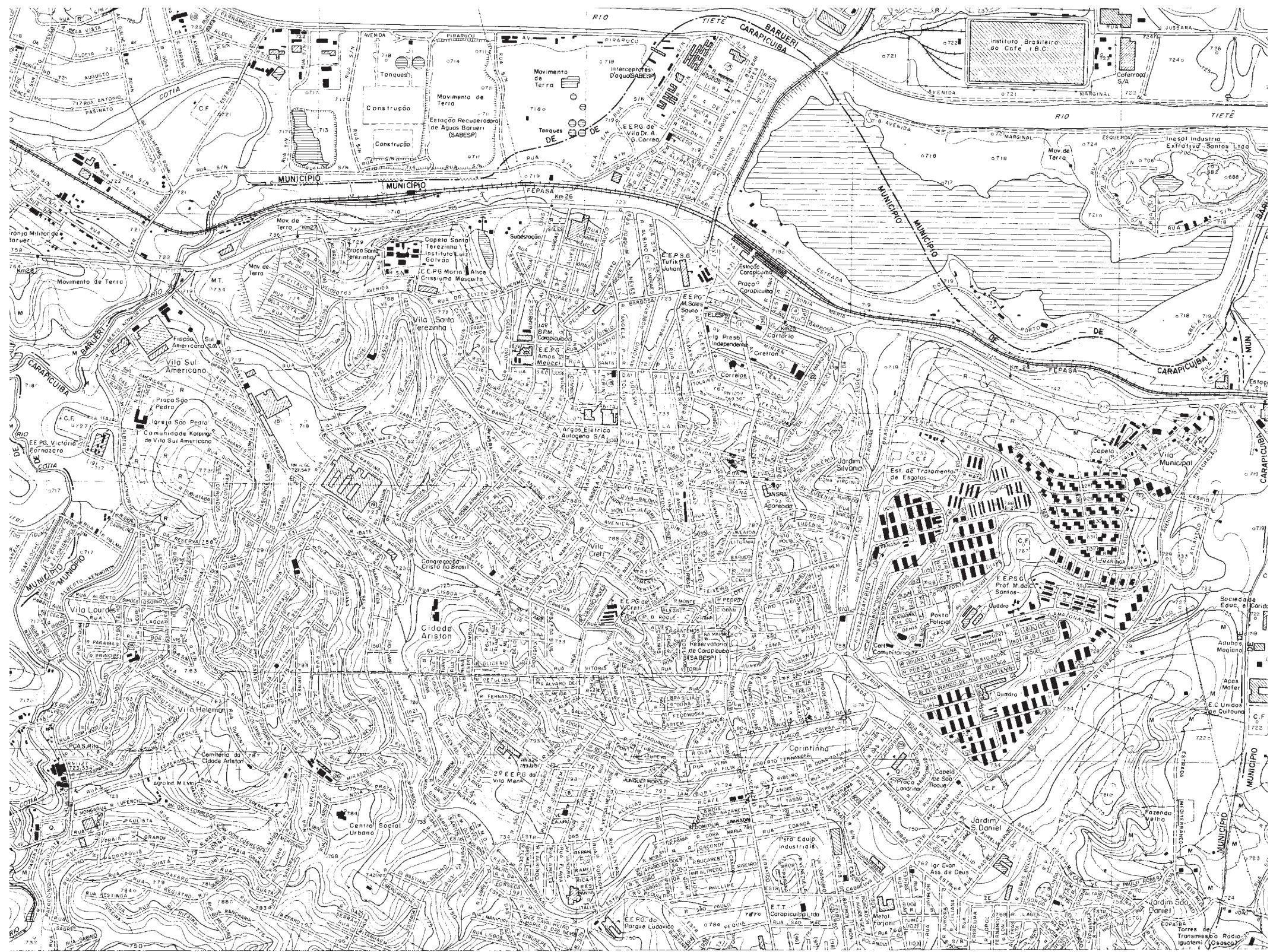
Reintegração de posse em Carapicuiba tira cerca de 700 famílias de área da Cohab. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bjrpP5iKbTo>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Um pouco da História de Carapicuiba. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WdR9P83Vy2w>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Carapicuiba não quer favelados da capital. FOLHA DE SÃO PAULO, 1979. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.o?numero=6903&anchor=4235312&pd=e-367de0ce1c63e01a192315271e63149>. Acesso em: 10 jun.

2024. <http://www.arquiamigos.org.br/foto/index.php?numero=6903&anchor=4235312&pd=e367de0ce1c63e01a192315271e63149>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Acervo Fotográfico. Arquivo Histórico de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/foto/index.php?numero=6903&anchor=4235312&pd=e367de0ce1c63e01a192315271e63149>. Acesso em: 10 jun. 2024. [compartilhar.o?numero=6903&anchor=4235312&pd=e367de0ce1c63e01a192315271e63149](http://www.arquiamigos.org.br/foto/index.php?numero=6903&anchor=4235312&pd=e367de0ce1c63e01a192315271e63149). Acesso em: 10 jun. 2024. [Acesso em: 10 jun. 2024.](http://www.arquiamigos.org.br/foto/index.php?numero=6903&anchor=4235312&pd=e367de0ce1c63e01a192315271e63149)





fauusp
2024